

100 VOZES



Perspectivas do Sul sobre o que deveria acontecer depois dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Amy Pollard,
Andy Sumner,
Monica Polato-Lopes
& Agnès de Mauroy
Março 2011



CLICK PAGES AND HOME ICON TO NAVIGATE



Sumário

Sumário Executivo	1
Introdução	5
Resultados da Pesquisa	9
Uma tipologia das perspectivas do Sul	28
Novo quadro; novo contexto	33
Compromisso com o planejamento pós-ODM	38
Conclusões e Recomendações	42
Apêndice	43

SUMÁRIO EXECUTIVO

Introdução

Para melhor, ou para pior, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) constituíram o paradigma mais antigo já surgido em termos de direcionamento do desenvolvimento. As metas têm sido um modelo de organização para a ajuda internacional ao longo dos últimos dez anos - no meio de incontáveis documentos de políticas públicas, planos e anúncios que atraíram críticas e elogios. Mas o que vai acontecer depois de 2015, quando o prazo dos ODM se esgotarem? O que, se é que, deveria substituir os ODM?

Até agora, as principais pessoas envolvidas na resposta a essas perguntas fundamentais tem se limitado a respeitados especialistas de países poderosos do Norte. Esta pesquisa, em parceria entre CAFOD / IDS, busca ampliar a questão e assegurar que sejam ouvidas as vozes dos que estão diretamente envolvidos no combate à pobreza no Sul. Nossa pesquisa descreve as perspectivas de 104 representantes de organizações da sociedade civil, em 27 países em desenvolvimento em todo o mundo.

Principais Conclusões

Apoio gigantesco a um quadro pós-2015

Independente de quaisquer ressalvas que nossos parceiros pudessem ter em relação aos atuais ODM, 87% dos nossos entrevistados das sociedades civis do Sul querem algum tipo de quadro abrangente, negociado e concordado internacionalmente, para o desenvolvimento pós-2015.

Os ODM foram “uma coisa boa”, apesar de seus problemas

- Três quartos dos respondentes acham que os ODM foram “uma coisa boa”. Nenhum dos entrevistados discordou fortemente desta afirmação.
- 72% concordam que o desenvolvimento se tornou uma prioridade mais alta por causa dos ODM.
- 60% disseram que os ODM foram um conjunto de ferramentas úteis para ONGs - descrevendo o seu valor para pressão política, monitoramento, captação de recursos e concepção de projetos.
- Dois terços acreditam que os ODM melhoraram a eficácia do financiamento e da ajuda externa. As metas foram descritas como úteis para o gerenciamento de projetos, planejamento e prestação de contas - entretanto, a eficácia dos indicadores dos ODM foi questionada e vários problemas pendentes foram destacados.
- Os respondentes foram extremamente positivos em relação à validade das avaliações dos ODM - com mais de dois terços acreditando que poderiam indicar se os auxílios realmente funcionaram em seu país.
- 59% disseram que os ODM ajudaram a melhorar o planejamento de seu governo. Muitos no entanto, expressaram preocupações com a implementação das metas, e com a administração de crescentes doações.
- Pouco mais da metade dos entrevistados acharam que os ODM importaram mais aos doadores. Vários respondentes disseram que os objetivos tinham sido de pouca relevância para o trabalho de base, ou para as populações pobres.

- Os entrevistados ficaram divididos em relação às críticas de longa data aos ODM - por exemplo, a de que as metas desviaram a atenção das causas estruturais da pobreza.
- 64% achavam que os ODM haviam contribuído para uma maior igualdade de gênero, 65,3% sentiam que as metas contribuíram para a luta contra o HIV/AIDS, mas apenas 28,4% pensam que os ODM contribuíram para a redução de conflitos e a construção da paz em seus países.

Um quadro pós-2015 deve ser desenvolvido através de um processo de participação inclusivo, em uma parceria entre o Norte e o Sul

- 86,3% concordaram que o processo de decisão sobre um novo quadro seria tão importante quanto o próprio quadro. Nossos parceiros sublinharam a necessidade de um processo aberto, participativo, que inclua os cidadãos pobres dos países em desenvolvimento.
- Vários entrevistados salientaram que gostariam de ver o Norte e o Sul trabalhando em parceria no desenvolvimento de um novo quadro - ao invés de ter apenas um ou outro na liderança.

Deve considerar os diferentes contextos de cada país

- Um impressionante 94% de nossos entrevistados disseram que qualquer novo quadro precisa levar mais em conta os contextos específicos de cada país do que levou os ODM atuais.

Deve abordar a mudança climática e do meio ambiente

- Além das contínuas preocupações do desenvolvimento em relação a **pobreza, fome, saúde e educação**, os entrevistados destacaram que **o meio ambiente e a mudança climática** são as principais prioridades para um novo quadro.

Foram coletadas 104 perspectivas de representantes da sociedade civil de 27 países em desenvolvimento ao redor do mundo.

Novo quadro; Novo contexto

O processo de decisão sobre os ODM levou dez anos de gestação e discussão. Com menos de cinco anos restando para a expiração dos objetivos, há uma considerável pressão de tempo para que, em um processo global, seja estruturado um novo quadro para substituição do existente. Certamente, é necessário uma enorme vontade política para construir pactos internacionais como os ODM, e não podemos tomar como certo que qualquer novo quadro será acordado para substituí-los.

O mundo mudou desde que os ODM foram formulados e assinados. As discussões para um novo quadro serão influenciadas por muitos fatores, especialmente os seguintes:

• Um mundo cada vez mais incerto e instável

Enquanto os ODM surgiram em um período relativamente benigno, estável e financeiramente próspero, um novo quadro seria desenvolvido num momento em que a crise econômica abalou velhas certezas, em que a ameaça da mudança climática continua a crescer, e em que as mudanças na governança mundial assim como o surgimento de novos atores pulverizam poderes geopolíticos. Será mais difícil negociar um grande quadro internacional nestas circunstâncias, porque os múltiplos interesses concorrentes que terão de ser equilibrados são diversos e estão constantemente em movimento. Este contexto também apresenta o desafio de assegurar um quadro que é sólido o suficiente para instigar à ação e responsabilizar atores, mas também flexível o suficiente para adaptar-se à mudança de circunstâncias e eventos imprevistos.

Seis 'tipos' de perspectivas no Sul

Os dados qualitativos foram utilizados para construir seis arquétipos que ilustram os diversos pontos de vistas dos respondentes de nossa pesquisa.

'Chuma'

Querendo ações, não palavras

- Os ODM foram bons na teoria, mas foram mal implementados.
- No desenvolvimento precisamos reforçar as relações entre o topo e a base, e entre o Norte e o Sul.
- Os países devem aprender com seus vizinhos, o que funciona e o que não funciona.
- Um novo quadro deve usar regiões geográficas como "intermediária" para mediar relações em diferentes níveis, e adaptar os objetivos aos diferentes contextos regionais.



'Irmã Hope'

Planejadora pragmática

- Os ODM foram um ponto de encontro importante, tanto a nível internacional como dentro dos países em desenvolvimento.
- O conteúdo de um novo quadro é a coisa mais importante - manter o processo em proporção.
- Precisamos analisar os interesses de todas as partes envolvidas para conseguirmos um acordo sólido.
- O ideal seria um novo quadro liderado tanto pelo Norte como pelo Sul, no entanto o Norte deve usar sua força quando necessário.



'Rom'

Poder da "base para cima" é melhor

- Os ODM foram um "gancho útil" para encontrar financiamento, e para o trabalho de apoio.
- Não há receita para o desenvolvimento - cada país tem um contexto diferente.
- Consulta e participação inclusiva serão fundamentais para um novo quadro.
- O que quer que venha depois dos ODM deve maximizar o poder daqueles que estão na "base", que são os que melhor podem adaptar as soluções de desenvolvimento para suas circunstâncias.



'Valeria'

A defensora dos direitos sociais

- Os ODM foram melhores do que nada, mas poderiam ter sido muito mais.
- Um novo quadro deve assegurar que governos honrem seus compromissos com os cidadãos.
- As minorias devem ser protegidas, especialmente contra as ameaças ao meio ambiente e os impactos das mudanças climáticas.
- O que vier depois dos ODM deve ser baseado em direitos, e não apenas necessidades.



'Amero'

Quadros internacionais são perda de tempo

- O Norte tentou dominar o quadro dos ODM.
- Os ODM mudaram a linguagem do desenvolvimento, mas não o que realmente acontece na prática.
- Os objetivos foram manipulados pelas elites e os cidadãos foram excluídos.
- Os grupos de apoio do Sul devem se concentrar em mudar as regras do comércio e do setor privado, ao invés de se concentrar em quadros como os ODM que são construídos para assistência financeira.



'Jamal'

Aproveitar os ganhos dos ODM

- Não joguemos fora todo o trabalho duro e progresso feito através dos ODM.
- Tem sido fundamental alinhar doadores em torno de objetivos específicos, e incentivar governos a adotar uma abordagem holística para o desenvolvimento.
- Precisamos rever e atualizar o atual quadro dos ODM.
- O processo de desenvolvimento de um novo quadro deve ser em parceria entre o Norte e o Sul.



• Alterações nos padrões de pobreza

A maioria dos pobres do mundo (cerca de um bilhão de pessoas) já não vive em países de baixa renda (PBR). 72% dos pobres do mundo vivem em países de renda média (PRM), com PBR representando 28%, e Frágeis PBR apenas 12%. O número total de PBR caiu (de cerca de 60 em meados de 1990 para 38 nos dias de hoje), enquanto o número de PRMs aumentou. Isto é altamente significativo em termos de um quadro de pós-2015, porque levanta a questão de como o desenvolvimento acontece e quais são as melhores ferramentas para a sua promoção em diferentes contextos. A questão de onde alocar a ajuda e o que se procura alcançar é chave – e uma grande variedade de instrumentos (ex. política fiscal e comercial, a cooperação multilateral, a política climática etc) podem ser cada vez mais essenciais para o progresso do desenvolvimento

• Novos Indicadores

Uma variedade de novas abordagens para a medição da pobreza e do desenvolvimento têm sido propostas, muitas das quais se centram na medição do bem-estar das pessoas, ao invés de medir a produção econômica. A Comissão Sarkozy; RDH; Iniciativa Oxford para a Pobreza e Desenvolvimento Humano, Grupo de Pesquisa ESRC para o Bem-Estar nos países em desenvolvimento e os indicadores One-world da OCDE, têm abordagens mais ricas, mais multidimensionais.

Considerando as opções

Nós sugerimos aos nossos entrevistados três opções básicas para o pós-2015:

1) Manter as metas dos ODM atuais e prorrogar o prazo. 2) Expandir e desenvolver o quadro existente dos ODM; ou 3) Um quadro novo e diferente para o desenvolvimento. 54% dos entrevistados indicaram que eles preferem expandir e desenvolver o quadro existente, enquanto 30% disseram que deveria haver uma estrutura nova e diferente depois de 2015. **Houve pouco interesse em manter as atuais metas dos ODM e simplesmente a prorrogar o prazo.**

A opinião predominante foi de que há uma necessidade de aprender-se as lições da experiência dos ODM, e revisar o quadro em vista do contexto atual e dos novos problemas que têm surgido. Houve um forte sentimento de que a prorrogação do prazo final prejudicaria a responsabilização e o valor dos indicadores ligados a prazos – mas também de que os investimentos dos ODM atuais em tempo, infraestrutura e energia devem ser aproveitados.

Por uma questão de urgência, a comunidade internacional deve dar o pontapé inicial no processo de deliberação mundial para a construção de um novo quadro global para o desenvolvimento internacional após 2015.

Alternativas Pós-2015

Aqueles que procuram construir um novo quadro internacional para o desenvolvimento após os ODM terão que considerar uma série de alternativas, tanto em termos do processo de decisão do quadro, como de seu conteúdo:

Em relação ao processo:

- Desenvolver um novo quadro através de um processo verdadeiramente inclusivo e participativo; ou garantir o necessário apoio político para a obtenção de um consenso/acordo.
- Tomar algum tempo para avaliar os ODM; ou aproveitar a oportunidade do seu encerramento e impedir que o debate “esfrie”.

Em relação ao quadro:

- Garantir que o quadro seja o mais amplamente relevante possível (e inclua os temas negligenciados pelos ODM); ou torná-lo energético, coerente e memorável.
- Assegurar que o quadro leve em conta os contextos de desenvolvimento específicos encontrados em todo o mundo; ou garantir que esse conecte e estimula o movimento para o desenvolvimento como um todo.
- Abordar as causas da pobreza e da injustiça; ou garantir que o quadro seja aprovado em um consenso internacional.
- Certificar-se que o quadro é “ambicioso” ou ter certeza de que é “realista”, e avaliar o que esses dois termos realmente significam em um mundo cada vez mais imprevisível e incerto.

Recomendações

Para todas as diversas vozes que ouvimos através deste relatório, há uma mensagem clara e inequívoca:

1. Por uma questão de urgência, a comunidade internacional **deve dar o pontapé inicial no processo de deliberação mundial** para a construção de um novo quadro global para o desenvolvimento internacional após 2015.

Nós também sugerimos as seguintes recomendações adicionais:

1. Os formuladores de políticas sociais, políticos e líderes **do Norte e do Sul devem trabalhar em parceria** para liderar o novo quadro.
2. Todos os interessados no desenvolvimento devem se preparar para **um debate apaixonado e exigente**, onde será um desafio conciliar pontos de vista opostos.
3. Filósofos, profissionais, acadêmicos e formuladores de políticas de desenvolvimento **devem lidar com os dilemas** de um novo quadro, especialmente o de formular um modelo que leve em conta **o contexto de cada país**, e ainda estimule o desenvolvimento internacional.
4. Além das preocupações básicas do desenvolvimento e das questões negligenciadas pelos ODM, um novo quadro deve incluir como prioridades **o meio ambiente e as mudanças climáticas**.



Introdução

Isso tudo não pode esperar?

Provavelmente não. Demorou dez anos para negociar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) originais, e o quadro se esgotará em apenas cinco anos. Há grandes dúvidas no ar. Decidir o que acontece depois de 2015 vai exigir que consideremos os objetivos gerais do trabalho de desenvolvimento e os indicadores que nos permitem saber se os atingimos - e também será uma competição para destacar as muitas questões variadas que compõem o setor. O debate pós-2015 será um ~~condutor~~ para as questões fundamentais sobre o que é desenvolvimento, e como fazer isso acontecer.

Demorou dez anos para negociar os ODM. Faltando apenas cinco anos para que o quadro se acabe, houveram apenas limitadas discussões sobre o que deve acontecer depois, e pouco - se qualquer - trabalho para envolver o Sul no debate pós-2015.

O debate sobre estas questões importantes, no entanto, ainda mal começou. Existe um cuidado compreensível sobre até mesmo levantar a questão, com muitos preocupados de que o debate pós-2015 possa distrair os esforços para atingir os ODM originais no aqui e agora. Estamos conscientes desta possibilidade enquanto escrevemos este estudo, e não temos a intenção de extrair a energia do movimento dos ODM. É a nossa convicção de que refletir sobre o que deve acontecer depois de 2015 é complementar à ação para atingir os Objetivos nos próximos cinco anos - porque a preocupação do quadro original, será o ponto de partida para o debate. Na verdade, não pode haver

presunção de que haverá qualquer quadro global para o desenvolvimento depois que os ODM acabarem. Seria uma vitória vazia para os ativistas dos ODM se indicadores mostrassem um progresso no desenvolvimento em 2015, só para experimentar reversões nos anos que se seguem.

A agenda para o planejamento pós-2015 está aberta a discussão. Alguns estudos acadêmicos sobre o assunto foram feitos (por exemplo, Fukuda-Parr, 2008; 2010; Manning, 2009; 2010; Sumner e Melamed, 2010), e a questão foi abordada por vários centros de pesquisas e análises (por exemplo, Comissão Sarkozy, a OCDE organizou o Projeto Medindo Progresso da Medindo, a OHPI da Oxford, e o GRDH 20 anos de revisão da PNUD) e, em algumas reuniões e conferências (por exemplo, a DSA / EADI Fórum de Alto Nível de junho de 2009; GCAP, Joanesburgo Fevereiro 2010). Também aconteceram algumas reuniões de consulta privada por parte das agências doadoras da ONU, e documentos de discussão interna continuam passando entre os doadores bilaterais. No entanto, tem havido muito pouco - se qualquer - trabalho feito para envolver explicitamente o Sul na questão do que deveria acontecer depois dos ODM.

Este estudo tem como objetivo começar a preencher essa lacuna - perguntando àqueles que estão diretamente no meio da pobreza nos países em desenvolvimento sobre como lidar com estes desafios no futuro. Visa descrever as opiniões da sociedade civil do Sul¹, tendo organizações parceiras da CAFOD como um grupo de amostra.

Sobre este estudo

Esta pesquisa utilizou a rede de organizações parceiras da CAFOD - espalhadas em 27 países em desenvolvimento - para recolher perspectivas sobre o que deveria acontecer depois dos ODM. As duas principais questões de nossa pesquisa visaram primeiramente levar à uma reflexão sobre os pontos fortes e fracos dos ODM originais, e depois usar essas ideias para pensar sobre o que deveria acontecer depois de 2015.

¹ Estamos atentos à complexidade deste termo, cf. Edwards, M (2004) Civil Society. Polity Press: Cambridge

Quadro 1: Questões da pesquisa

1. Os ODM foram bons?

- *Que diferença fez ter o quadro dos ODM originais para os países em desenvolvimento? Quais efeitos positivos ou negativos eles tiveram?*
- *Foram os ODM originais úteis para advocacia? Se sim, como?*
- *Quais lições deveriam ser aprendidas sobre o processo de formular, concordar e trabalhar para os ODM originais?*

2. O que deveríamos fazer a seguir?

- *Devemos desenvolver novos objetivos e metas? Devemos tentar uma abordagem diferente?*
- *O que não deveria acontecer depois dos ODM? O que foi excluído ou incluído indevidamente pela primeira vez?*
- *Quais são as opções possíveis para o que deveria acontecer de 2015?*

As principais formas de coleta de dados para esta pesquisa foram um questionário, que foi distribuído por e-mail - e entrevistas qualitativas, que foram realizadas principalmente por telefone. Além disso, também houve uma oficina no Quênia. Os participantes da pesquisa foram solicitados a contribuir de forma pessoal, ao invés de em nome de suas organizações.

Pesquisa:

A pesquisa perguntou uma série de questões enquadradas em uma escala Likert (ver anexo). Foi projetada para ser feita entre dez e quinze minutos, e distribuída em Inglês, Francês, Português e Espanhol. Enviamos as questões à 331 parceiros, e recebemos 95 respostas – em geral uma média de respostas de 29%. A pesquisa foi coletada através de e-mails, em seguida, os dados foram introduzidos manualmente no Survey Monkey.

Entrevistas Qualitativas:

Após recebermos as respostas da pesquisa, nós conduzimos entrevistas qualitativas com parceiros por telefone, Skype e cara-a-cara. As entrevistas foram conduzidas em Inglês, Francês, Português e Espanhol como apropriado. Quando não foi possível falarmos diretamente, nós envolvemos parceiros em conversas por e-mail. Os dados qualitativos foram codificados em temas-chaves de acordo com duas iterações.

Oficina:

Nossos colegas em Nairóbi convocaram uma curta oficina com 12 de nossos parceiros na região Leste da África, para discutir importantes questões da pesquisa em um ambiente de grupo.

Ficamos muito satisfeitos em compartilhar nossos dados iniciais com a CIDSE², a fim de contribuir para o seu trabalho de advocacia. Durante todo o projeto colaboramos com Trócaire, cujo o Projeto "Leading Edge" aborda questões semelhantes a partir da perspectiva dos principais especialistas internacionais de desenvolvimento.

Amostras, margens de erro e representatividade

Um total de 104 parceiros da CAFOD contribuíram para esta pesquisa, localizados em 27 países ao redor do mundo.

Quadro 2: Participantes da Pesquisa por país

Afganistão (1); Angola (2); Bangladeche (3); Bolívia (3); Brasil (8); Birmânia (3); Camboja (3); Colômbia (4); República Democrática do Congo (5); Timor Leste (2); Etiópia (9); Indonésia (1); Quênia (6); Libéria (1); Moçambique (4); Nicarágua (1); Nigéria (8); Paquistão (3); Peru (3); Filipinas (5); Serra Leoa (2); África do Sul (2); Sudão (2); Tanzânia (2); Uganda (9); Zâmbia (1); e Zimbábue (11).

Regionalmente, o maior número de contribuições vieram da África - com 62% dos entrevistados trabalhando neste continente. 20% das respostas foram provenientes da Ásia, e 18% da América Latina. Há um número particularmente elevado de respostas de pessoas que trabalham no Zimbábue, Etiópia, Nigéria e Brasil (ver Quadro 2).

Houveram importantes desvios nos dados:

- **Dois terços dos que contribuíram a essa pesquisa são homens; e apenas um terço são mulheres.** Nós trabalhamos através do Departamento Internacional da CAFOD para obter um lista de contatos de parceiros aos quais poderíamos pedir para participar da pesquisa, e simplesmente contactamos aqueles que nos foram

² CIDSE é uma Aliança de 16 agências Católicas de desenvolvimento da Europa e da América do Norte

recomendados, independente de gênero³. 80% dos indivíduos que nos foram recomendados para contato eram chefes de suas organizações – diretores; representantes do país e gerentes de programas.

- **62% dos respondentes são de organizações religiosas.**

Como seria de se esperar, dada a identidade religiosa da CAFOD, houve uma forte representação dos dados de grupos religiosos - com organizações cristãs e católicas compondo quase todos os grupos nesta categoria. Nossa pesquisa representa principalmente vozes cristãs, o que obviamente é apenas uma parte da sociedade civil do Sul.

Portanto, nós não alegaríamos que as opiniões descritas nesse estudo são totalmente representativas da sociedade civil do Sul – porém, sugerimos que estas indicam uma ampla gama dos pontos de vista existentes.

O que significa ouvir “vozes do Sul”?

Os termos ‘Norte’ e ‘Sul’ são notoriamente elementos problemáticos da linguagem do desenvolvimento. De acordo com Cornwall, são “palavras problemáticas” que “ganham seu poder de uso por causa de suas qualidades vagas e eufemísticas” (2007:472)⁴. A contraposição entre o Norte e o Sul é uma maneira de demonstrar o contraste entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ela substitui uma série de termos que perderam seu uso devido ao seu sentido pejorativo, gerado na guerra fria e nas associações coloniais: %Primeiro+e %Terceiro Mundo+, o %Ocidente+e o “resto+- e antes disso “a metrópole+e %a periferia+.

Enquanto a contraposição entre o “Norte/Sul” resolve alguns dos problemas dos seus antecessores discursivos – removendo hierarquias implícitas e trabalhando a partir da observação relativamente objetiva de que os países desenvolvidos tendem a ser mais ao “Norte” geograficamente, e os países em desenvolvimento tendem a estar mais ao “Sul”. Mesmo em termos geográficos, a contraposição não é perfeita. Como Gaveta e outros observaram, partes “do Sul” podem ser encontradas nos países do Norte, e partes do “Norte” podem ser encontrados no “Sul”⁵. Dada a importância da China ao desenvolvimento contemporâneo, poderíamos argumentar que o ‘Leste’ é uma categoria mais relevante. E alguns propõem abandonar a oposição completamente – reconhecendo que todos os países estão em ‘desenvolvimento’ e sempre continuarão a estar⁶.

Se perguntamos: “quem pode falar pelo Sul?” a imagem se torna ainda mais complicada. Se alguém tem vivido e trabalhado nos países em desenvolvimento nos últimos vinte anos, mas originalmente cresceu na Europa, podem esses serem as vozes do Sul? E se a pessoa só viveu e trabalhou em um dos país em desenvolvimento por 1 ano? Como falar de alguém que foi criado em um dos país em desenvolvimento mas tem trabalhado nos países do Norte pela maioria de suas vidas? Teremos nós respostas diferentes para essas questões dependendo da etnia da pessoa em causa?

Não existem respostas definitivas para tais questões, e para essa pesquisa nós confiamos no senso de identidade dos próprios participantes para selecionar-se como contribuidores adequados a este estudo. Muitos dos participantes desta pesquisa tem identidades complexas em termos de “Norte” e “Sul” (veja Quadro 3). Um participante resistiu os termos inteiramente, sentindo que a divisão Norte/Sul em si mesma reforçava a sensação de “nos” e “eles” no desenvolvimento.

³ Teria sido um desafio balancear os gêneros em nossos contatos iniciais, porque não era sempre possível saber o sexo dos indivíduos através de seus nomes.

⁴ Cornwall, Andrea (2007) 'Buzzwords and fuzwords: deconstructing development discourse', *Development in Practice*, 17:4, 471 – 484.

⁵ Gaventa, J., Horton, M., e Freire, P. (eds) (1990) *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Philadelphia, PA: Temple University Press

⁶ <http://www.guardian.co.uk/global-development/poverty-matters/2010/nov/03/millennium-development-goals-inequality>

Embora reconhecendo as limitações da contraposição Norte / Sul, diríamos que os termos ainda são úteis porque permitem-nos questionar da onde as ideias-chave que orientam a agenda pós-2015 estão vindo. Existe uma dominação histórica das 'autoridades' do Norte nesse tipo de debate internacional, com decisões sendo feitas por aqueles com pouca experiência direta dos contextos em que o desenvolvimento se desenrolará.

Quadro 3: Identidades Complexas

Quatro participantes de nossa pesquisa eram cidadãos de países do Norte – dos EUA, Nova Zelândia e dos Países Baixos. Dois tinham dupla cidadania entre uma nação do Norte e do Sul (Brasil e França; Brasil e Irlanda), e dois outros eram cidadãos de países do Norte, mas que passaram 20 e 35 anos vivendo e trabalhando no Sul. Um pequeno número de participantes eram cidadãos de países em desenvolvimento, porém estavam trabalhando longe de sua terra natal.

Os parceiros da CAFOD que contribuíram para nossa pesquisa estão diretamente envolvidos na redução da pobreza nos países em desenvolvimento - na execução de projetos e programas integrados em comunidades pobres, e trabalham com questões que vão desde a construção dos meios de subsistência para apoiar as pessoas com HIV / SIDA até a promoção de um governo mais responsável . Eles são de organizações locais – enraizadas nos contextos onde ocorrem as intervenções de desenvolvimento. Apesar das muitas diferenças entre seus pontos de vista e experiências, estes parceiros partilham uma proximidade com os problemas enfrentados pelas pessoas pobres e vulneráveis em todo o mundo.

Coletivamente, então, reconhecemos estes participantes da pesquisa como "Vozes do Sul", em reconhecimento de sua experiência direta e vivida no combate à pobreza nos países em desenvolvimento. A nossa esperança é que essas vozes do Sul, bem como as vozes das próprias pessoas pobres, não serão marginalizadas no debate sobre o que deve acontecer depois dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Resultados da Pesquisa

Introdução

Nosso questionário, entrevistas e oficina geraram uma vasta série de dados quantitativos e qualitativos. Esta seção de resultados organiza os dados em torno de 10 questões: cinco na parte A, que refletem sobre os ODM em si, e cinco na parte B que refletem sobre o que deve acontecer após 2015.

Parte A: Reflexões sobre os ODM

1. Os ODM foram uma coisa boa?
2. Como os ODM impactaram positivamente o desenvolvimento?
3. Como os ODM impactaram negativamente o desenvolvimento?
4. Ter os ODM ajudou a reforçar questões prioritárias como a de gênero, HIV / aids e a construção da paz?
5. Como os ODM afetaram governos, doadores e organizações da sociedade civil?

Parte B: Reflexões sobre o que deveria acontecer após 2015

6. O que devemos fazer a seguir?
7. Devemos desenvolver novas metas?
8. Qual deve ser o processo de planejamento pós-2015?
9. Quais são os critérios para um quadro pós-2015?
10. Quais são as opções possíveis para o que poderia acontecer depois de 2015?

Parte A Reflexões sobre os ODM

1. Os ODM foram uma coisa boa?

Em geral, nossos entrevistados consideraram que **os ODM foram uma coisa boa**, apesar de seus problemas. Três quartos dos respondentes concordaram com esta afirmação, e nenhum respondente discordou fortemente. Os ODM foram descritos pelos entrevistados como: uma ferramenta, uma inspiração, uma oportunidade, um indicador, uma escala para medição, um roteiro e um ponto de referência.

Os entrevistados elogiaram a iniciativa por ter **melhorado o conhecimento sobre as questões de desenvolvimento**, estimulando o compromisso dos governos e transformando a luta contra a pobreza em um movimento global. Outros sugeriram que as metas reuniram o Norte e o Sul, em uma parceria internacional e um compromisso mútuo à meta global de busca ao desenvolvimento. Eshetu Yimenu Bekele, da Poverty Action Network in Ethiopia (PANE) argumentou que os ODM foram bons, porque eles **forçaram os governos a se enquadrar e a se comprometer**.

Nas suas respostas qualitativas, um terço dos participantes desta pesquisa descreveram como os ODM trabalharam como um **ponto de referência** para os governos e agentes do desenvolvimento. As oito metas e 21 indicadores contribuíram para dar foco ao desenvolvimento através de metas concretas a serem trabalhadas e, mais importante, um objetivo a ser alcançado. “Desenvolvimento é muito complexo e os ODM permitem que você tenha uma ideia melhor e simplificada sobre o que é o desenvolvimento” Ateeq Rehman, da Islamic Relief Worldwide, Região da Ásia.

Finalmente, um número significativo de inquiridos afirmou que a inclusividade do quadro dos ODM **cobriu questões vitais do desenvolvimento** assim como problemas atuais. Para Alouis Chaumba, da Comissão Católica para a Justiça e Paz (CCJP) no Zimbábue, os ODM “trataram de temas fundamentais, esforços tiveram um sentido”. Os

objetivos melhoraram a eficácia de subsídios porque ajudaram em uma melhor administração e planejamento. No entanto, os entrevistados também mencionaram que os ODM não alcançaram o que se esperava, e que algumas questões importantes foram deixadas de fora ou não foram suficientemente enfatizadas pelo quadro.

2. Como os ODM impactaram positivamente o desenvolvimento?

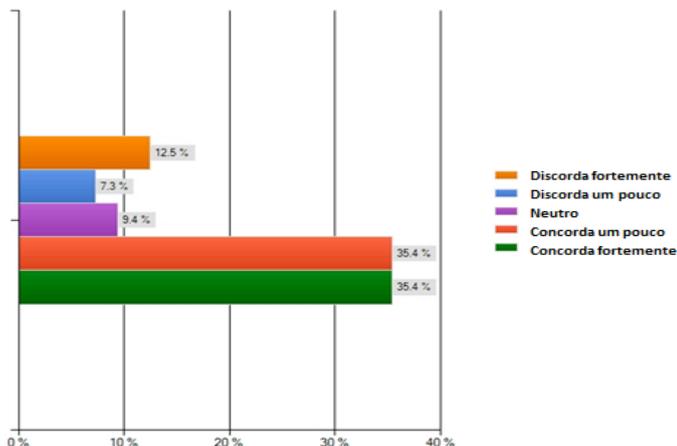
“Tornou-se o desenvolvimento uma prioridade mais alta por causa dos ODM?”

72% dos entrevistados concordaram que o desenvolvimento se tornou uma prioridade mais alta por causa dos ODM (35,8% fortemente concordaram e 35,8% levemente concordaram). No entanto, os ODM foram descritos como tendo um impacto maior na arena global do que em termos práticos na base.

Os entrevistados elogiaram os ODM por inspirar **uma parceria internacional e compromisso com o desenvolvimento**. Eles deixaram claro que o desenvolvimento sempre foi a principal prioridade para os países do Sul, mas apreciam o fato de que os ODM conseguiram tornar o desenvolvimento uma prioridade mais elevada a nível mundial. Este amplo acordo também estimulou iniciativas de desenvolvimento e planejamento a nível nacional, aumentou a consciência e foco no desenvolvimento, mas também expôs governos à vista. Consequentemente, o desenvolvimento se tornou uma prioridade mais elevada.

Não obstante, a maioria dos comentários foram seguidos por observações desapontadas ou céticas sobre o real compromisso com as metas, especialmente no que diz respeito ao seu **fraco impacto a nível local**. Regina Salvador-Antequisa, do Ecosystems Work for Essential Benefits nas Filipinas comentou que os ODM sucederam "a nível internacional, porque impuseram obrigações aos governos signatários. No entanto, a implementação das metas a nível local, não seguiu necessariamente (à essa regra)". Milimo Mwiba, da Caritas Zâmbia argumentou que "(os ODM) colocaram a agenda de desenvolvimento como uma prioridade para nosso governo, pelo menos no papel".

“O desenvolvimento se tornou uma prioridade mais alta por causa dos ODM”



“Os ODM melhoraram a eficácia da ajuda ao meu país”

Os ODM tiveram uma série de **problemas de implementação** a nível local, e os entrevistados alegaram que o desenvolvimento não se tornou uma prioridade maior na prática porque os ODM **não cobriram questões importantes**, que vão desde a má governança e corrupção ao conflito social e as diferenças regionais. John Materu da Diocese Moshi, Rainbow Centre na Tanzânia declarou que os ODM "não cobrem todos os ângulos do desenvolvimento. Eles começaram no caminho certo, mas tiveram problemas no momento de sua execução". Astrid Mendocilla Alvarez, do Instituto de Educação e Saúde no Peru, argumentou que "(os ODM) foram usados nos planos de desenvolvimento nacional, e foram articulados por organizações da sociedade civil, no entanto ações concretas são feitas pelos governos regionais e locais, e estes foram deixados de fora do processo. Os ODM foram um elemento importante mas não uma referência suficiente para justificar ações e ser bem sucedido em regiões distintas". Alguns entrevistados não conseguiram ver nenhuma diferença prática inspirada pelos ODM. Musa Mohamad Sanguila, da Pakigidait Inc., nas Filipinas, argumentou que os ODM influenciaram o governo "para fazer alguns planos bons, mas depois eles não o seguiram, é só um documento".

Dois terços dos entrevistados acreditam que os ODM melhoraram a eficácia da ajuda externa. Respondentes descreveram as metas como úteis ao gerenciamento de projetos, planejamento e responsabilidade – porém questionaram a validade dos indicadores dos ODM, e apontaram para inúmeros problemas pendentes.

Parceiros descreveram os ODM como um **instrumento útil para a administração de projetos e planejamento**. Mauricio Martínez Rivillas, da Caritas Colômbia comentou que "na Colômbia os ODM permitiram um melhor planejamento para o direcionamento da ajuda. O subsídio é fixado a uma estratégia de cooperação internacional desenvolvida pelo Governo Nacional e tem os ODM como uma das suas prioridades. Este é coordenado diretamente com os países que oferecem ajuda ao desenvolvimento à Colômbia".

Houve também uma melhora **na quantidade de subsídios** que foram devidamente alocados para as metas dos ODM. Joãozito Viana, que trabalha para a Luta Hamutuk em Timor Leste, disse que "considerando as diversas atividades das agências da ONU, bem como do Estado em Timor-Leste. Vimos que eles distribuíram uma grande quantidade de subsídios a Timor Leste com base nas metas dos ODM".

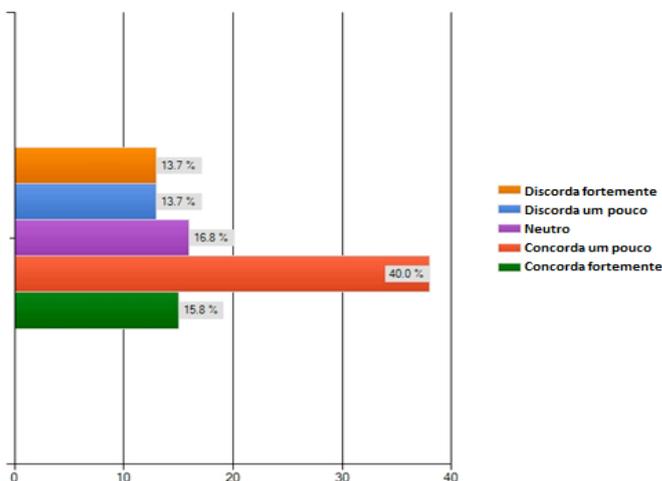
No entanto, os entrevistados também alegaram os princípios de eficácia da ajuda externa não foram seguidos e muitos recursos **foram mal administrados**. Donato Ochan Hakim, de SSPO no Sudão, comentou: "a coordenação da ajuda e da entrega é pobre".

Embora houve uma melhora na quantidade da ajuda, **os fundos que realmente foram liberados estiveram muito longe da quantidade inicialmente prometida pelos líderes mundiais do Norte**. Vitalizar Meja, da Reality of Aid e Kiama Kaara do KENDREN, ambos no Quênia, disseram: "Em 2005, o G8 concordou em dar aos Africanos 25 bilhões de dólares até 2010, até agora só temos recebido 8 bilhões".

Alguns entrevistados também questionaram o uso dos ODM como uma ferramenta prática e um **indicador adequado**. Tim Vora, do HIV / AIDS Coordinating Committee (HACC), no Camboja, acrescentou que os ODM não melhoraram muito a eficácia da ajuda, "porque alguns indicadores importantes não estão presentes na maioria dos ODMs, como os Indicadores de População em Situação de Risco, etc."

Além disso, existem outros desafios à eficácia da ajuda mencionada pelos nossos entrevistados, como a falta de uma adequada avaliação dos efeitos dos ODM. Abbe Justin Nzunzi, da Comissão Diocesana de Justiça e Paz em Bukavu, declarou que "contínua guerra nos mantém longe do alcance dos objetivos dos ODM". Oscar Ramón López Rodas, da Decidamos, Paraguai acrescentou: "Na área da ajuda é ainda muito cedo para ver o impacto (dos ODM)". A corrupção e a má governança também foram apresentadas como obstáculos para a eficácia de subsídios ligados aos ODM.

"Os ODM melhoraram a eficácia da ajuda ao meu país"



3. Como os ODM impactaram negativamente o desenvolvimento?

Respondentes concordaram profundamente com duas críticas clássicas dos ODM - que negligenciaram questões críticas do desenvolvimento e que distraíram as pessoas das causas estruturais da pobreza.

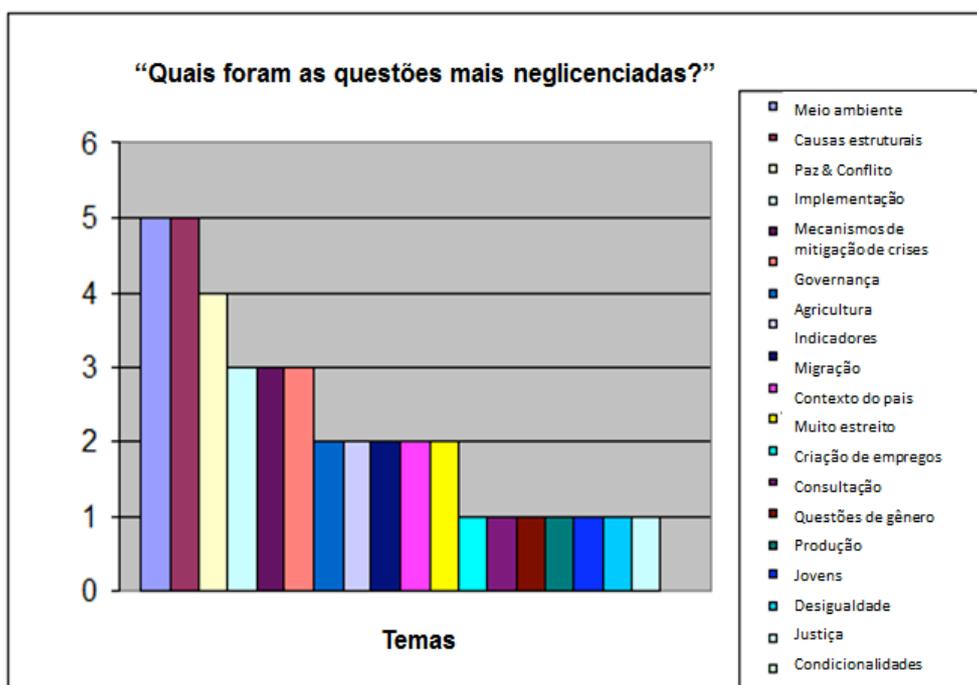
"Os ODM negligenciaram questões críticas no desenvolvimento"

Entrevistados reagiram fortemente a esta afirmação, que atraiu mais comentários do que qualquer outro tópico. Respostas quantitativas foram muito divididas entre as opções de concordar e discordar, e as respostas qualitativas deram uma ampla variedade de respostas.

As principais questões a serem mais mencionadas pelos nossos entrevistados foram, em primeiro lugar **o meio ambiente e as causas estruturais da pobreza**. Por exemplo, o Sr. Sergio Cobo, que trabalha no México para Fomento y Cultural Educação insistiu que o meio ambiente ainda não é uma prioridade, dizendo que "o governo não tem uma visão de proteção do ecossistema." **Paz e conflito** ficaram em segundo lugar porque a violência atual ou parou quaisquer esforços do governo para alcançar os ODM ou interrompeu o seu progresso. Finalmente, em terceiro lugar, **os problemas de execução das metas, mitigação de crises econômicas e questões de governança** foram igualmente mencionadas como questões relevantes que afetaram o alcance dos ODM, bem como o desenvolvimento global. Por exemplo, Ma Flor Te, que trabalha para SABAKAN nas Filipinas, disse que: "A corrupção na estrutura de governo é a questão mais urgente a afetar negativamente a implementação dos ODM".

Curiosamente, mesmo as respostas que concordaram fortemente que os ODM negligenciaram questões críticas ainda assim não disseram que os ODM estavam totalmente errados em sua concepção. A maioria dos comentários sobre esta questão argumentaram que os ODM foram concebidos de forma adequada, mesmo que tenham perdido de vista questões cruciais.

Em relação aos temas que foram considerados importantes para um novo quadro, houve uma grande variedade de temas mencionados como mostra a tabela a seguir:



“Os ODM distraíram as pessoas das causas estruturais da pobreza”

Respondentes ficaram divididos em relação à afirmação de que os ODM tinham distraído as pessoas das causas estruturais da pobreza; 49,5% discordaram fortemente ou levemente desta afirmação, enquanto 42,1% concordaram fortemente ou levemente.

Aqueles que discordaram de que os ODM distraíram as pessoas das causas estruturais da pobreza argumentaram o caso oposto. Padre Simeon A. Omale, da Diocese Católica de Idah, estado de Kogi, Nigéria alegou "Na verdade deu a nações oportunidades para focar nas causas estruturais da pobreza".

Em geral, os seguintes tópicos foram os mais mencionados como os principais problemas estruturais a terem sido negligenciados:

- **Questões de Governança:** Corrupção e instabilidade política. Por exemplo, Ateeq Rehman, que trabalha para Islamic Relief Worldwide, Região da Ásia disse “Ênfases não foi colocada em boa governança”

- **Implementação e problemas de infraestrutura:** falta dinheiro para programas de implementação, faltam estradas para facilitar o transporte à escolas, hospitais. Por exemplo, Tarira Elizabeth, do Hospital St Albert's Mission, Zimbábue, descreveu " não parecia haver dinheiro para os programas, então não houve impacto".
- **Impostos injustos, regras de comercio e débito internacional.** Por exemplo, Wonder Mufunda, da Caritas Zimbábue comentou "questões como os desequilíbrios comerciais entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento continuam sem solução".
- **Construção da paz e a resolução de conflitos** foram excluídos do quadro, apesar destes problemas influenciarem diretamente os esforços de desenvolvimento e planejamento dos governos. Ademais, o conflito cria ambientes instáveis, bem como leva a outros problemas diretamente relacionados à guerra e a violência, como migrações, a destruição do ecossistema e a violência contra as mulheres. Além disso, agrava a pobreza e a fome porque plantações podem ser destruídas por ação deliberada ou falta de gente para cultivar a terra. Horácio Fernando Simbine, da Comissão Episcopal de Saúde, em Moçambique descreveu "(Os ODM), perderam os problemas locais, tais como os conflitos interétnicos e a rivalidade entre as tribos".
- **Problemas Econômicos e distribuição desigual da riqueza** foram especialmente mencionados, tais como a desigualdade, o desequilíbrio de poder, a concentração de terras e propriedade privada. Mauricio Martínez Rivillas, da Caritas na Colômbia alegou "O problema não é a definição dos objetivos, mas a concepção da política para superar a pobreza que no nosso caso não resolve problemas estruturais, como o caso particular da concentração de terras em poucas mãos".
- Por último, os parceiros também chamaram a atenção para a **falta de consideração a diferentes interpretações das necessidades de desenvolvimento em diversos contextos** culturais, regionais e nacionais. Por exemplo, "na Bolívia, setores populares e indígenas têm sua própria agenda " disse Davalos Lazcano Emma, do Centro de Desarrollo y Comunicacion Andino (Cenda), Bolívia

4. Ter os ODM ajudou a reforçar questões prioritárias como a de gênero, HIV / AIDS e a construção da paz?

"Os ODM têm contribuído para o alcance de uma maior igualdade de gênero em meu país"

64.2% dos respondentes concordaram fortemente ou ligeiramente com a afirmação de que os ODM contribuíram para a igualdade de gênero. Entretanto, os comentários sugerem que, na prática, o impacto dos ODM tem sido limitado, as atitudes ainda não mudaram e a situação atual não é o ideal.

Os ODM foram creditados por ajudar a diminuir a diferença entre homens e mulheres através de uma **maior conscientização** sobre a importância desta questão. Rose Mary de Karuna Myanmar Social Services (KMSS), na Birmânia afirmou que "as ideias de igualdade de gênero estão começando a ser conhecidas em comunidades remotas"

De fato, parceiros alegaram que os ODM têm influenciado as políticas de gênero e **ajudaram a fortalecer os direitos das mulheres**. Joãozito Viana, da Luta Hamutuk, Timor Leste disse que os ODM ajudaram a "aumentar a participação das mulheres na política, um acréscimo de 30% de membros no Parlamento e escritórios governamentais. A lei de violência doméstica também foi aprovada na Assembleia Legislativa e muitas organizações femininas estão ativamente lutando pelos direitos das mulheres".

Além disso, a ajuda concedida para a realização da meta número 3 dos ODM tem sido uma **ferramenta eficaz** na busca da igualdade de gênero, no entanto existe um questionamento sobre a eficácia deste método. Regina Salvador-Antequisa, da Ecossistemas, Filipinas alegou que "os ODM contribuíram para a adoção de políticas destinadas a melhorar a igualdade de gênero, porém muitas dessas políticas não têm apoio financeiro do governo. A maior parte do financiamento vem da ajuda externa, por isso a desigualdade de gênero continua a existir, apesar de ter políticas de positivas. "

Os entrevistados descreveram como na prática o impacto dos ODM tem sido limitado, e **não houveram muitas mudanças na base**. Apesar das mudanças positivas na legislação, as atitudes permaneceram as mesmas na maioria das regiões, assim, as mulheres e meninas continuam a enfrentar grandes desafios, riscos e discriminação.

Tep Monyrotha, da SCC, Camboja, disse "a igualdade de gênero ainda é rara no Camboja e no momento inúmeros casos de estupro estão piorando a situação das mulheres no país".

“Os ODM significaram que há um maior enfoque no tratamento das questões relacionadas à HIV / AIDS em meu país”

65,3% dos respondentes concordaram com esta afirmação. A maioria dos comentários argumentou que os ODM **foram bem sucedidos em termos de conscientização sobre a doença**, bem como trouxeram uma maior atenção para as questões relacionadas ao HIV/AIDS, porém, na prática estes esforços não foram suficientes para diminuir os problemas e alcançar as comunidades mais vulneráveis.

Abbe Justin Nzunzi, da Comissão Diocesana para a Paz e Justiça em Bukavu, RD do Congo por exemplo, disse que os ODM tinham "despertado consciências" sobre Aids e HIV. Isso foi importante para alocações de subsídios que também ajudaram a apoiar o trabalho com o HIV/Aids em uma variedade de lugares nos países em desenvolvimento. Zegeye Asfaw, da HUNDEE-Oromo Grassroots Development Initiative, na Etiópia alegou que "a integração do HIV/Aids nos ODM facilitou muito o fluxo de fundos tanto para a prevenção quanto para o controle da epidemia. Acessar gratuitamente terapias antivírus é resultado deste maior enfoque dado ao HIV/AIDS".

Apesar de parceiros concordarem que os ODM ajudaram a trazer um maior enfoque sobre o assunto nossos dados mostraram claramente que os **esforços foram insuficientes** para diminuir os problemas de contaminação e propagação da doença. Vicent Edoku da Caritas em Uganda mencionou que "(os ODM ajudaram) em teoria mas não na prática". Oswald Mussoni de Goma Caritas, na RD do Congo adicionou "A administração das finanças não foi racional".

Inúmeras razões foram dadas para explicar o fracasso impactar verdadeiramente a base, como por exemplo **má governança, problemas burocráticos, insuficiência de meios financeiros e falha no fornecimento de suprimentos médicos vitais**. Tarira Elizabeth, do hospital de St Albert's Misson, no Zimbábue achou que os ODM ajudaram, mas acrescentou que "eles causaram interrupções nos serviços normais. Equipes começaram a correr somente atrás do dinheiro".

“Os ODM têm sido úteis em termos de redução de conflitos e construção da paz em meu país”

Esta é a única afirmação de nossa pesquisa em que **a maioria de nossos parceiros mantiveram-se neutros**. Existem algumas razões para isso: primeiramente, os ODM não visaram diretamente reduzir o conflito e a violência (exceto contra a mulher no Objetivo 3, que contém metas para a igualdade de gênero). Um grande número de respondentes sugeriram que talvez se os objetivos fossem alcançados haveria uma queda nos indicadores de violência, no entanto, como este não foi o caso na maioria dos lugares - e os efeitos dos ODM ainda estão por ser vistos. Um terço dos comentários qualitativos sobre o tema, disseram que os ODM não fizeram absolutamente nenhuma diferença para os seus países em matéria de segurança.

“Os ODM têm sido úteis em termos de redução de conflitos e construção da paz em meu país”						
	Discorda Fortemente	Discorda um pouco	Neutro	Concorda um pouco	Concorda Fortemente	Total de Respostas
	24.2% (23)	18.9% (18)	28.4% (27)	22.1% (21)	6.3% (6)	95

Muitos respondentes alegaram que o cumprimento dos ODMs conseqüentemente ajudaria nos esforços para a paz . Por outro lado, a maioria dos respondentes achou que independentemente do progresso dos ODMs, a violência continuaria muito forte. As quatro principais explicações para isso foram:

- Primeiramente, parceiros alegaram que os ODMs não visam diretamente conflito e a construção da paz, portanto, não houve relação entre a redução de conflitos e os ODM. Aumentar a segurança, a segurança pública

e a coesão social não fazem parte do quadro do milênio. Janneth B. Lozano, da Codacop, na Colômbia disse que "realmente não podemos ver uma relação entre os ODM e a construção da paz"

- Em segundo lugar, os parceiros sentiram que não houve diferença na prática nos níveis de violência local. Os ODM foram considerados ineficazes na promoção da paz, e a quantidade de conflitos e guerras permaneceu a mesma. Musa Mohamad Sanguila, da Pakigdait Inc., nas Filipinas alegou "O caos continua nos países pobres." Francis Atul Sarker, da Caritas em Bangladeche acrescentou: "Não havendo qualquer agenda específica sobre justiça e paz, os ODM tem algumas limitações para a redução de conflitos e construção da paz". Mufunda Wonder, da Caritas do Zimbábue alegou "Tensão política e a violência ainda permanecem elevadas no Zimbábue e os ODM não têm ajudado muito na minha opinião".
- Alguns parceiros ligaram este problema à negligência dos ODM às causas estruturais da pobreza, como a desigualdade.
- Finalmente, um pequeno número de parceiros acreditam que melhoras nos níveis de proteção e segurança em seus países estão além da capacidade dos ODM. Por exemplo, Rose Mary da KMSS, Birmânia concluiu que "não é realmente uma tarefa de só falar e fazer, a nossa situação é difícil e fora de alcance".

É importante notar que os parceiros consideraram a falta de metas para reduzir o conflito e apoiar a construção da paz um ponto fraco importante do quadro atual dos ODM.

5. Como os ODM afetaram governos, doadores e organizações da sociedade civil?

"Os ODM melhoraram o planejamento do meu governo"

59% dos respondentes concordaram que os ODM ajudaram governos a melhorar o seu planejamento, porém, muitos descreveram problemas importantes no seguimento e implementação desses planos.

Entrevistados descreveram como os ODM trabalharam como uma referência que foi adicionada a planos de desenvolvimento nacional, e em alguns países até mesmo a legislação nacional. Oscar Ramón López Rodas, da Decidamos, no Paraguai, disse que "o atual governo elaborou uma proposta de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Social para 2010-2020, cujas metas para 2013 estão baseadas nos ODM".

No entanto, os comentários de nossos entrevistados revelaram que houveram problemas para colocar os planos em ação. Um quarto dos comentários alegou que seus governos não queriam realmente tentar implementar o plano dos ODM ou falharam ao implementá-lo. Astrid Mendocilla Alvarez, do Instituto de Educação e Saúde no Peru, argumentou "houveram alguns planos e estratégias para a superação da pobreza que ligam seus objetivos, metas e indicadores aos ODM. Por exemplo, a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar, a Estratégia de Desenvolvimento Rural, o Plano Nacional de Ação para as Crianças, etc.. No entanto, o orçamento é insuficiente e ainda há importantes lacunas no cumprimento dos objetivos fixados para 2015. Está planejado e em direção em alguns aspectos mas em outros, há apenas alguns esforços relatados, nenhum progresso evidente".

Alguns entrevistados sustentaram que os governos tentaram agir sobre os planos, mas foram incapazes de superar os desafios para os ODM, devido à falta de apropriação e de uma abordagem descendente. Isto resultou em pouco apoio ou participação de outros agentes de desenvolvimento. Zegeye Asfaw, da Hundee-Oromo Grassroots Development Initiative, na Etiópia mencionou "que o planejamento, incluindo a dotação orçamental é caracterizada por uma abordagem "de cima para baixo". Mesmo que a Etiópia tenha adotado um quadro de planejamento que realmente trouxesse elementos dos ODM em cena, houve uma participação morna de outros parceiros de desenvolvimento e perda de foco nos níveis mais baixos da estrutura administrativa. Isso colocou a eficácia do quadro em questão".

Alguns parceiros também mencionaram que em alguns lugares os ODM ajudaram a manter o governo em conta. Em contraste, outros parceiros disseram que apesar da ajuda dos ODM em melhorar os planos de governo, estes não eram sustentáveis ao longo prazo. Milimo Mwiba, da Caritas de Zâmbia disse que "os ODM foram incluídos nos planos nacionais e utilizados como referência para a realização de um governo responsável". Em contraste Rosilene Wansetto da Rede Jubileu Sul Brasil, Brasil disse "(Os ODM) contribuíram para que o governo tivesse mais preocupações com áreas fundamentais, mas falta muito para atingir metas sustentáveis"

A governança foi descrita como um problema central. Pablo Reglasky da CENDA na Bolívia, argumentou que "um quadro internacional só reforçaria a dependência financeira dos países em desenvolvimento e como tem sido demonstrado pela atual crise financeira, essa não é uma situação sustentável."

"Os ODM foram mais importantes aos doadores do que aos outros"

Nossos parceiros ficaram divididos sobre esta questão e, embora 34,7% concordaram um pouco, um terço dos comentários qualitativos sugerem que na realidade nossos parceiros pensam que os ODM são igualmente importantes aos doadores e beneficiários da ajuda. Não obstante, um número importante dos comentários qualitativos (20%) revelou ainda que existe um ceticismo significativo em relação aos interesses dos doadores.

Um grande número de respondentes comentou que houveram vários grupos se beneficiaram dos ODM, e que os doadores não necessariamente se beneficiaram mais do que os destinatários. Gilbert Nyarumbe, da Caritas Chinhoyi, Zimbábue declarou que "Os ODM foram importantes para ambos os doadores e os beneficiários".

Os ODM significaram a renovação da promessa de ajuda dos países do Norte, bem como uma parceria Norte-Sul para o desenvolvimento. Zegeye Asfaw, de Hundee-Oromo Grassroots Development Initiative, Etiópia resumiu "como o próprio nome indica, os ODM são um quadro global que renovou o compromisso dos doadores de vir ao resgate dos países em desenvolvimento. Ele também impõe uma espécie de obrigação nos países destinatários a obedecer as normas de boa governança que inclui também o respeito e a proteção aos direitos humanos. Como segmentos marginalizados, os titulares dos direitos se beneficiariam de intervenções ao desenvolvimento; e os doadores e os países em desenvolvimento cumpririam as suas responsabilidades como provedores de direitos. Rotular os ODM como sendo mais importante para os doadores do que a outras pessoas é uma posição insustentável".

No entanto, foi alegado que os doadores também se beneficiaram dos ODM. Em primeiro lugar, porque deram doadores um foco claro para o qual concentrar os esforços de ajuda e monitorar seu progresso. Musa Mohamad Sanguila, da Pakigdait Inc., nas Filipinas, disse "os doadores dependem mais dos ODM e podem verificar como os governos estão se saindo".

Mas também houveram divergências sobre esta questão; alguns parceiros acreditam que os beneficiários tiveram mais vantagens por causa do aumento em financiamento, melhoras no enfoque e um impulso para a boa governança. Mauricio Martínez Rivillas, da Cáritas Colômbia alegou que "certamente as agências tiveram um grande impacto sobre o governo para fins de conformidade, mas também houve a vontade de política de ambos, o governo e a sociedade civil".

Em contraste, 22% dos parceiros acreditam que os doadores se beneficiaram mais dos ODM por causa do seu poder sobre os beneficiários e a falta de apropriação local. Pym Ncube do Conselho Nacional de Pessoas Deficientes do Zimbábue fortemente concordou com este ponto de vista e disse que "Não havia nenhum workshop sobre os ODM para os parceiros (locais)". Donato Ochan Hakim, da Southern Sudan Older People's (SSOPO), Sudão alegou que "a maioria dos cidadãos não conhecem (os ODM), e assim não os entendem".

No entanto, outras observações reclamaram que os ODM não oferecem uma maneira de alcançar o desenvolvimento. Oswald Musoni, da Caritas Desenvolvimento Goma, RD do Congo disse os "ODM permanecem um enquadramento teórico sem qualquer medida de como executá-los".

"Os ODM foram úteis como ferramentas de pressão política para minha organização"

Mais de dois terços (64,2%) dos entrevistados disseram que os ODM foram úteis como ferramentas de lobbying para sua organização.

Um impressionante 89% dos comentários qualitativos feitos pelos entrevistados disseram que os ODM foram de alguma forma úteis para as organizações da sociedade civil, ou para a sociedade em geral. Respondentes descreveram como o quadro deu aos profissionais do desenvolvimento responsabilidades para a alcance dos objetivos. Em primeiro lugar, o compromisso dos ODM ajudou a manter governos em conta e serviu para validar e suportar OSCs a fazer pressão política para maiores progressos. Luciane Udovic e Bernard Lestienne do Grito dos Excluídos no Brasil argumentaram " (Através dos ODM) metas concretas são estabelecidas que atribuem responsabilidades coletivas (à governos, organizações, lideranças). Estas ações coletivas fortalecem o trabalho de lobby."

Em segundo lugar, os ODM também significaram que algumas organizações refizeram alguns de seus projetos, para estar em sintonia com os objetivos, ou criaram novos projetos com base no quadro dos ODM. Assim, não eles não foram apenas úteis para a pressão política mas também para avaliação e a formulação de projetos. Dr. Alemayehu Mechessa, da Oromo Self Reliance Association (OSRA), na Etiópia explicou que "os ODM tem metas claras, então eles ajudaram organizações a claramente organizar seus projetos, captar recursos e fazer pressão política para alcançá-los".

Claramente os ODM foram úteis para organizações da sociedade civil, no entanto, nossos dados questionaram a medida em que eles foram usados. Uma grande parte dos comentários qualitativos disseram que, na prática os ODM não foram amplamente utilizados – e que ou foram usados esporadicamente ou por algum "outro" parceiro que os entrevistados conheciam. Os entrevistados adicionaram inúmeras advertências importantes:

- Entrevistados disseram que os objetivos dos ODM não eram novos, portanto, as atividades e os objetivos de suas organizações já estavam em consonância com os objetivos. Eles não acharam necessário quaisquer outras modificações ou ações. Consequentemente, eles não usaram os ODM diretamente seus programas. Por exemplo, Katia Ferrari, LVIA, em Moçambique afirmou que "na prática eles não afetaram a nossa organização, nós operamos diretamente com as comunidades então isso não influenciou o planejamento de nossos projetos".
- Houve uma falta de conhecimento público sobre os objetivos, bem como pouca informação estava disponível sobre o progresso nacional/local dos ODM. George Boran, do Centro de Capacitação da Juventude (CCJ), no Brasil, disse "Em termos de lobbying eles foram bons para alguns. Mas, parece que só uma pessoa que trabalha na área de desenvolvimento ou está muito envolvida nisso sabe o que os objetivos são ... As pessoas comuns não sabem, faltou publicidade para isso".
- Não houve financiamento suficiente ou apoio a organizações do Sul para agir de acordo com os objetivos. Horácio Fernando Simbine, da Comissão Episcopal da Saúde, em Moçambique descreveu como as metas "abriram novos espaços, mas não é fácil acessar o financiamento"
- Algumas características dos ODM foram consideradas mais úteis do que outras. Rose Mary, da Karuna Myanmar Social Services (KMSS) disse: "Os ODM foram úteis em algumas áreas, por exemplo, na saúde e na educação para todos".
- O fluxo de ajuda financeira parece ter influenciado a utilização dos ODM, mas também serviu de fachada para alguns trabalhos. Philip Kamara, da Caritas Makeni, em Serra Leoa descreveu como isso aconteceu "É evidente que qualquer organização que queira continuar no negócio, tem que dançar à música do dia. A realização dos ODM ditou o ritmo dos acontecimentos".

6. O que deveríamos fazer a seguir?

Depois de 2015, quando os ODM expirarem, deveria haver outro quadro internacionalmente acordado para o desenvolvimento global?

Existe um apoio esmagador para outro quadro internacionalmente acordado, após os ODM se expirarem, com 87.4% dos entrevistados dizendo que apoiam algum tipo de quadro para após-2015.

Nas entrevistas qualitativas e nos comentários que recebemos, respondentes deram várias razões para o apoio a um novo quadro:

- Os ODM **não foram alcançados, no entanto, temos um negócio inacabado que é importante demais para ser esquecido**. Entrevistados disseram que vale a pena perseguir os objetivos até podermos alcançá-los, assim, deveria haver um novo quadro ou o atual deveria incluir questões complementares. Tibor Van Staveren representante do Timor Leste para a Progressio escreveu "enquanto os objetivos estão sendo avaliados você ouvirá muitas pessoas falando do seguinte modo:" Sim, nós não cortamos exatamente pela metade a população que vive com fome - ou qualquer outro objetivo que você gostaria de por aqui. Nós ainda não chegamos no ponto B, mas pelo menos passamos do ponto A? E podemos ver o ponto B logo ali, se apertarmos nossos olhos. E você poderia dar uma olhada ao seu redor? Muito melhor do que costumava ser! Isso conta para alguma coisa. Ainda podemos chegar lá, em outro 10 anos. O que as pessoas esquecem é que os objetivos do Milênio não são um ponto final, mas um marcador ao longo do caminho".
- Acordos internacionais são importantes para a **cooperação e apoio mútuo, ambos necessários para o desenvolvimento eficaz**. Os entrevistados foram claros sobre a necessidade de uma estrutura que permite uma aliança contínua entre o Norte e o Sul. Oppa Rukara, da Caritas Masvingo, no Zimbábue comentou: "Isso ajuda a ver o mundo como uma aldeia e a generalizar as atividades de desenvolvimento". Os entrevistados foram claros sobre a necessidade de uma estrutura que permite uma Aliança contínua entre o Norte e o Sul. Takura Gwatinyanya, da Caritas Zimbábue -Harare adicionou "esses quadros são cruciais na tentativa de criar e promover uma parceria global em que países compartilham a mesma visão para o desenvolvimento, embora com diferentes magnitudes".
- Quadros acordados internacionalmente **servem como um guia para o desenvolvimento para governos assim como para a sociedade civil**. Rev. Phumzile Zondi-Mabizela, do Conselho Cristão de KwaZulu-Natal, África do Sul disse que "há necessidade de um quadro global para orientar os países". Além disso, as metas foram consideradas instrumentos úteis que impulsionaram o desenvolvimento, como George Boran do Centro de realização da Juventude (CCJ) Brasil, colocou "um consenso sobre metas claras é essencial para o progresso. Caso contrário, há dispersão. Sem prioridades, tudo é importante e, portanto, nada é muito importante. "
- Ainda assim, a pesquisa revelou uma grande preocupação sobre a administração de recursos e a necessidade de assegurar a responsabilidade política, bem como facilitar o monitoramento e a avaliação. Os ODM têm ajudado a manter governos e agentes de desenvolvimento em conta, e isso melhora a qualidade do trabalho de desenvolvimento. Alemayehu, de Oromo auto confiança Association (OSRA) na Etiópia argumentou que o quadro "encoraja todos os agentes de desenvolvimento e toda a gente, a conhecer as metas de desenvolvimento - especialmente as maquinarias do governo". Tsigie Haile, da Organization for Women in Self-Employment (WSE), na Etiópia, disse "porque irá, de uma certa maneira, tornar os governos mais responsáveis".
- Há um entendimento de que **os ODM não foram perfeitos, no entanto, eles foram considerados úteis e com potencial para melhoras**. Linus A Mayembe, de DACHEO, na Tanzânia comentou: "Os primeiros ODM tinham lacunas que podem ser preenchidas no próximo quadro". Agentes de desenvolvimento podem aprender com as lições dos ODM e criar um projeto melhor através da refinação dos objetivos existentes ou da criação de um quadro completamente novo. Joseph D. Howard, do Centro de Justiça e Paz (CJPS), na Libéria disse "o novo quadro irá definir o ritmo para abordar as questões não discutidas pelos ODM". Parceiros queriam acrescentar questões à um novo quadro, ao invés de não ter um. Por exemplo, Tim Vora, Comissão de Coordenação do HIV/AIDS (HACC), no Camboja, disse "Continuem as atividades existentes dos ODM mas incluam o tráfico de drogas, a corrupção, a reforma do sistema judicial e a reforma da administração pública".

Houveram, no entanto, aqueles que discordaram, hesitaram ou foram cuidadosos no seu apoio a um novo quadro.

Os entrevistados sublinharam sua preocupação com a **necessidade de adaptar o quadro ao contexto de cada país**. Yoseph Negassa da Ação para o Desenvolvimento, na Etiópia, por exemplo, argumentou que "as disparidades regionais têm que ser consideradas".

Também existem aqueles que temem que um quadro internacional **possa minar a apropriação de cada país**. Por exemplo, Mutshipayi, da Conferência Episcopale Nationale du Congo, RD do Congo disse "eu não acho que o desenvolvimento de meu país deveria ser pensado de fora. Nós mesmos temos que concebê-lo, sem nos fecharmos".

Alguns parceiros também estavam preocupados com o **potencial de um novo quadro para travar planos futuros ou se este responderia à suas necessidades de desenvolvimento**. Além disso, houveram também aqueles que estavam **preocupados com as falhas dos ODM originais**, e assim eles não tinham certeza se um novo quadro seria útil para o Narwangu, da Caritas de Bukavu na RD do Congo comentou: "o quadro não é conhecido por todos e não conduz ao desenvolvimento global como era esperado".

Por outro lado, também houveram aqueles que **não acreditavam que um novo quadro fosse necessário ou de qualquer forma benéfico**. Simão Chatepa, Trócaire, Angola expandiu o assunto dizendo "O desenvolvimento nunca será alcançado a nível global, mas através de iniciativas locais em que os governos Africano (especialmente) cuidam de seus próprios problemas seriamente".

7. Deveríamos desenvolver novas metas?

Em geral, os entrevistados foram fortemente a favor da criação de novas metas depois de 2015 e apresentaram um alto nível de confiança nas avaliações dos ODM.

"O que vier depois dos ODM deveria ter uma abordagem baseada em metas"

Houve um forte apoio a uma abordagem baseada em metas, com 80% dos entrevistados concordando que isso seria o melhor (62% concordaram; 18% ligeiramente de acordo).

Entrevistados argumentaram que uma abordagem baseada em metas é mais concreta e realista: ela permite monitoramento e é uma ferramenta que pode ser usada para medir a eficácia das ações implementadas: "é o que vai determinar a eficiência; caso contrário o desempenho comum não é obtido" disse Abbe Eustache Roger Tsovore, da Caritas Bunia. Francis Kyaw Zin Oo, da Association of Volunteer Service International (AVSI), na Birmânia compartilhou sua opinião de que "o processo deve ser devidamente acompanhado e avaliado" e as metas ajudarão a verificar o progresso.

Um outro argumento apresentado pelos respondentes foi de que uma abordagem baseada em metas permite que as pessoas dos países mais pobres tenham prioridade. Francis Atul Sarker da Caritas de Bangladeche afirmou: "A maioria dos ODM é de termos relativos e, assim, a estrutura dos ODM deve dar ênfase substancial aos países mais pobres, enfocando o alvo com indicadores específicos em consonância com o plano de desenvolvimento a longo prazo do país".

Houveram, no entanto, questões importantes a serem consideradas:

- **Problemas metodológicos e a necessidade de evitar "uma tirania dos números":**

Alguns entrevistados expressaram preocupação sobre a ideia de usar-se meios quantitativos e a impossível tarefa de medição de qualidade através apenas números. "Perseguir números é um grande risco" disse Tarira Elizabeth, St Albert's Mission Hospital, no Zimbábue. Horácio Fernando Simbine, Comissão Episcopal de Saúde em Moçambique acrescentou "As metas são muito importantes porque permitem-nos direcionar e ver o quão longe estamos progredindo, mas também deveríamos observar o nível de qualidade da execução dos programas, porque tudo o que aumenta de volume pode diminuir de qualidade".

- **Importância do Processo**

Respondentes disseram que nesta fase o processo de desenvolvimento de um quadro é mais importante do que a decisão sobre metas concretas. Matt MacGarry, que trabalha para CRS no Afeganistão expressou sua preocupação: "O próximo passo que a ser tomado deveria ser no processo. A mudança mais importante que alguém pode fazer é através do processo de decisão sobre o que deve acontecer após os ODM. A prioridade não são as metas ou os objetivos mas tentar determinar quem vai estar envolvido no processo de decisão sobre o que deve vir depois".

"As avaliações dos ODM serão uma indicação verdadeira se a ajuda externa tem funcionado em meu país"

Na pesquisa, os entrevistados mostraram uma notável confiança nas avaliações dos ODM, com dois terços (66.4%) concordando com a afirmação de que elas seriam uma indicação verdadeira de como a ajuda externa está funcionando.

Entrevistados consideraram que as avaliações foram um meio importante para **saber como os fundos foram utilizados e se a ajuda externa foi eficaz.** MA Flor Te M, da Sabakan, nas Filipinas, observou que "ferramentas de avaliação eficientes ajudariam a identificar bons indicadores para a confirmação da sábia utilização da ajuda". Eles acreditavam que as avaliações dos ODM revelariam se seus governos foram comprometidos ou não a alcançar os objetivos propostos, e assim **tornar os governos mais responsáveis.** Janneth Lozano B., da Codacop na Colômbia, alegou "daria indicações sobre o nível de compromisso do governo para esta questão". Irmã Bernadette Uko da Diocese católica de Kano, Congregation Of Daughters Of Charity, na Nigéria disse que "(As avaliações) trarão à tona a responsabilidade de organizações tanto governamentais como não-governamentais".

Houve também otimismo de que as avaliações ajudariam a identificar os problemas encontrados pelo quadro dos ODM, localmente e internacionalmente, e assim também indicariam as melhores e piores iniciativas. Oscar Ramón López Rodas, da Decidamos no Paraguai, disse "(As avaliações) serão um importante indicador da eficácia ou ineficácia dos programas de ajuda".

Ao mesmo tempo, os participantes desta pesquisa salientaram que é muito importante ter um **avaliador imparcial e justo.** Os entrevistados foram claros sobre a importância de uma consulta conjunta, que deverá incluir o governo, a população e as organizações da sociedade civil, para que essa ofereça uma imagem correta e precisa da eficácia da ajuda. Parceiros suspeitaram das avaliações feitas apenas pelos governos nacionais ou estrangeiros, em vez disso salientaram uma avaliação global que envolva tantos grupos e regiões quanto possível. Rose Mary, Karuna Myanmar Social Services (KMSS), na Birmânia, disse, "devem começar como um processo participativo".

Alguns parceiros salientaram a importância de usar **um método de avaliação adequado** que seria capaz de medir diferentes aspectos do desenvolvimento, mas que também leve em conta fatores internacionais. Emma Lazcano Davalos, do Centro de Comunicacion y Desarrollo Andino (CENDA), Bolívia alegou que "a avaliação dos ODM será relativa, especialmente se a visão é quantitativa e não sobre o processo".

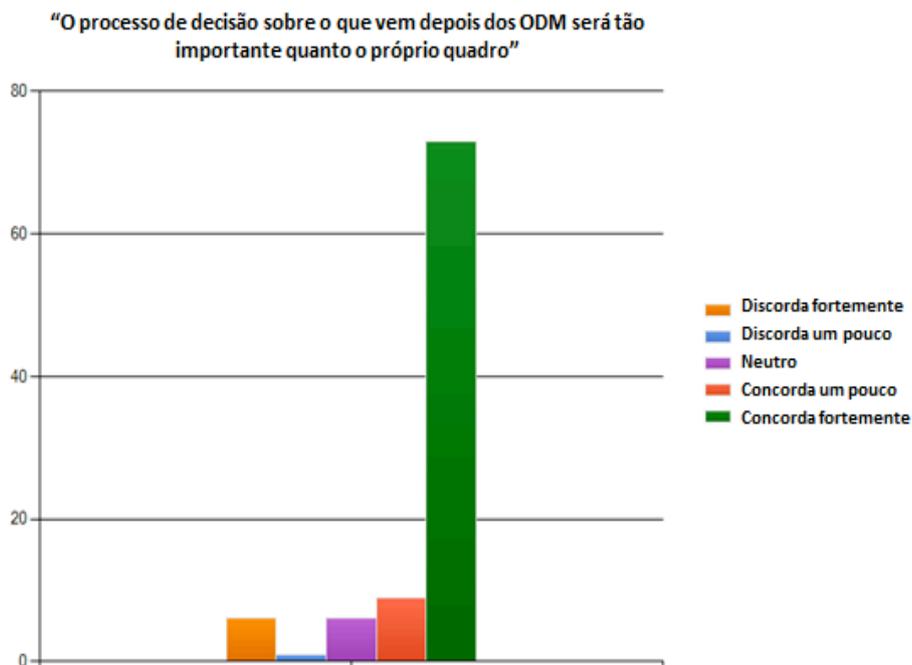
Os parceiros mais cético argumentaram que as avaliações podem ser parciais. Rita Schwarzenberger, Hope for the Village Child Foundation, Nigéria advertiu que "financiamento também vem através de outras fontes e outras questões", portanto, a avaliação pode não apresentar uma imagem fiel da eficácia da ajuda. Preocupações adicionais incluíram dúvidas sobre a disponibilidade de dados de qualidade, bem como suspeitas de manipulação política de dados, quer a nível nacional ou internacional.

8. Qual deve ser o processo de planejamento do pós-2015?

Os participantes da pesquisa apoiaram um processo de planejamento pós-2015 que seja inclusivo, participativo e conduzido através de uma parceria entre o Norte e o Sul.

"O processo de decisão sobre o que vem depois dos ODM será tão importante quanto o próprio quadro"

Esta pergunta teve uma das respostas mais claras de todo o nosso inquérito, com 77% dos entrevistados fortemente concordando que o processo de decisão sobre o que vem depois dos ODM é tão importante quanto o próprio quadro – adicionalmente, outros 10% de entrevistados estavam ligeiramente de acordo com esta declaração. Dr John S. Materu, médico da Diocese de Moshi, Rainbow Centre na Tanzânia, por exemplo, disse que o processo seria crucial para "verificar a aplicabilidade do quadro".



Os comentários dos entrevistados afirmaram a importância de se concentrar no processo **para garantir que as lições dos ODM originais sejam aprendidas**. Isso só pode ser feito se o próximo quadro é formulado com a devida participação de todos, especialmente dos países em desenvolvimento ". Tim Vora do HACC no Camboja, apontou "Precisamos fazer uma revisão e, em seguida, decidir com base nos resultados desta revisão (os pontos fortes e fracos). Estes irão avaliar as conquistas e ensinar o caminho a seguir para os obstáculos e lacunas identificados".

Além disso, há, uma clara demanda para **um processo inclusivo, aberto e participativo**. Francis Atul Sarker, da Caritas Bangladesh disse, "Os ODM devem concentrar-se em mecanismo de fácil participação, capacitação, responsabilidade mútuas com obrigações para a população e o governo, incluindo as agências de desenvolvimento".

Nossos parceiros insistiram que as comunidades a serem beneficiadas devem ser incluídas no âmbito de decisões em diferentes níveis, e que o processo deve ser participativo e consultivo o máximo possível: "Deve ser uma discussão coletiva. Incluir a sociedade civil, governos, doadores, mas também deve incluir a população. Essa também deve ser levada em conta e envolvida nas decisões" disse Rosilene Wansetto, da Rede Jubileu Sul Brasil. De fato existe uma necessidade de evitar decisões tomadas apenas por elites.

No entanto, nem todos concordaram – alguns pensaram que o foco não deve estar no processo, mas na implementação e nos resultados. Pablo Reglasky, diretor da Prodipan na Bolívia, disse que "o quadro não é um fim em si, é o que vem depois dos ODM que considero mais importante"; enquanto Philip Kamara da Caritas Makeni em Serra Leoa também declarou que "é mais importante decidir o que fazer na base, o quadro é irrelevante".

Outros eram céticos de que seria realmente possível ter um processo de participação inclusivo: "Nunca haverá espaço para esse tipo de discussão ... seria apenas os países ricos ditando as regras do jogo" disse Simão Chapeta, da Trócaire em Angola.

“O planejamento pós-ODM deve ser liderado pelo Sul”

Esta declaração foi indiscutivelmente um elemento fraco da investigação ao questionário, como haviam disparidades significativas entre os dados quantitativos derivados da escala Likert e as observações qualitativas escritas e retransmitidas em entrevistas.

Embora 67% dos entrevistados concordaram com a declaração da pesquisa de que o planejamento pós-ODM deveria ser liderado pelo Sul, a maioria das observações qualitativas descreveu uma preferência por um planejamento pós-2015 conduzido em parceria entre o Norte e o Sul.

Aqueles que apoiaram a liderança do Sul descreveram um maior conhecimento contextual disponível no Sul e sua participação direta nos problemas em questão. Luciane Udovic e Bernard Lestienne Grito dos Excluídos/Programa Justiça Econômica, por exemplo, disseram "Você não tem desenvolvimento sem a participação daqueles que mais o desejam. Não serão os países ricos, que farão o desenvolvimento dos países pobres, muito pelo contrário: a pobreza de muitos é devido ao enriquecimento de poucos. Daí a necessidade de liderança dos países pobres na definição de um planejamento pós-ODM". Marcelo Osvaldo Aramay trabalhando para CEPAS Caritas, na Bolívia descreveu como o planejamento deve ser liderada pelo Sul porque a região entende melhor a realidade dos problemas de desenvolvimento, portanto pode resolvê-los de forma mais eficaz.

Aqueles que apoiaram uma parceria entre o Norte e o Sul salientaram a necessidade de cooperação. Rita Schwarzenberg, que trabalha para Hope for Village Foundation, na Nigéria salientou de que essa não deve vir nem do Norte, nem do Sul, mas deve ser uma combinação das melhores pessoas que tenham experiência na base e estejam dispostas a fazer um bom trabalho. Francis Kywan Zin Oo da organização AVSI na Birmânia disse que "como a maioria dos doadores são do Norte, deve haver uma colaboração para a compreensão mútua". Irmã Bernadette Uko, da Diocese Católica de Kano, Congregation Of Daughters Of Charity na Nigéria, especificou que, "se o Sul se envolver tanto quanto o Norte a próxima etapa seria tão prática, como teórica". Emma Leslie, trabalhando no Camboja declarou "***Esta é uma questão de parceria e divisão de recursos entre o Norte e Sul. Algumas das razões porque os ODM anteriores não foram cumpridos são por culpa do Norte, portanto, é preciso haver um compromisso entre todo o planeta, especialmente porque o meio ambiente e a igualdade de gênero são questões que afetam todos nós***"

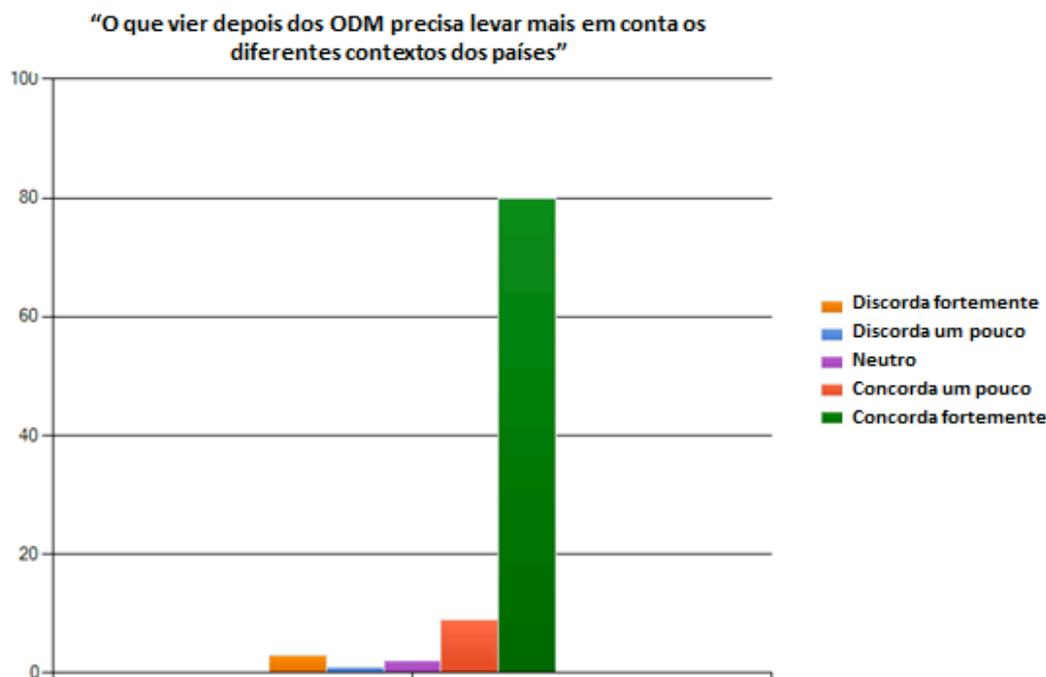
Um pequeno número de participantes defendeu outras abordagens. Mauricio Martínez Rivillas, por exemplo, defendeu um processo baseado na cooperação Sul-Sul, "com um papel maior para o Sul. É importante considerar os processos de cooperação Sul - Sul". Outros adotaram uma abordagem mais anti-elite e outros consideraram que o processo não foi a questão mais importante "Não acho que o que aconteceu foi devido a quem liderou o planejamento dos ODM" disse o Dr. John S. Materu da Diocese de Moshi, Rainbow Centre na Tanzânia.

9. Quais são os critérios para um quadro de pós-ODM?

Houve um forte e consistente pedido para um quadro pós-ODM que leve mais em conta os contextos dos países do que levou os ODM originais. Houve uma grande chamada para que um novo quadro que seja mais inclusivo de diferentes questões de desenvolvimento; mas opiniões ficaram divididas se este também precisar ser mais conciso.

"O que vier depois dos ODM precisa levar mais em conta os diferentes contextos dos países"

Entrevistados foram claros sobre que o que vier depois dos ODM tem que levar mais em conta os contextos dos países. Um esmagador 85% dos respondentes fortemente concordou com esta afirmação, e outros 10% concordou um pouco.



Nas entrevistas qualitativas os entrevistados descreveram a adaptação ao contexto do país como condição fundamental para o desenvolvimento: Abbe Justin Nzunzi, da Comissão Diocesana para a Paz e Justiça em Bukavu, RD do Congo explicou "Isto é necessário para que haja uma apropriação real (dos planos de desenvolvimento) caso contrário é uma imposição que resultará em fracasso".

Alguns alegaram que a definição das metas e objetivos definidos devem ser específicos a cada país. Cornelius Munetsi Hamadziripi, que trabalha para a Caritas Zimbábue declarou que os objetivos têm de ser definidos "tendo em conta as diferentes realidades, contextos e situações de cada país" Essa perspectiva foi ligada a uma visão de que o processo seria inclusivo e específicos a cada país, porque "A realidade sociocultural varia, portanto a necessidade de considerar os diferentes contextos dos países" (Etelvino Emílio Carlos, Caritas Moçambique).

Francis Atul Sarker, da CRS Bangladeche resumiu em seu comentário a opinião apresentada por muitos de nossos parceiros:

"Terminologia dos problemas, choques, desafios e vulnerabilidades pode ser igual, mas os tipos/tamanhos desses problemas são diferentes de país para país. Portanto, qualquer que seja a agenda do desenvolvimento global deve ser definida localmente em consonância com o contexto de cada país."

Outros argumentaram pelo mantimento de quadro internacional abrangente para a definição de metas, mas ser específico a cada país em termos da implementação dos objetivos. Ncube Pym, que trabalha para o Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência no Zimbábue apontou que "Guias universais são ok, mas cabe a cada país implementá-los".

"O que vier depois dos ODM precisa ser mais inclusivo das diferentes questões do desenvolvimento"

Houve um forte desejo entre os entrevistados que um novo quadro seja mais abrangente do que os ODM – com 89% concordando (72% de acordo; 17% um pouco de acordo)

No entanto, existe uma figura bem misturada em termos do que os participantes acham que deve ser incluído em um novo quadro, e não há nenhuma tendência clara.

Alguns temas que observamos anteriormente no relatório ressurgiram em respostas a esta pergunta:

1. A necessidade de incluir as causas estruturais da pobreza

Regina Salvador-Antequisa, da Ecosystems Work for Essential Benefits, Filipinas, disse "nas Filipinas, sem abordar as causas da pobreza e outras questões de desenvolvimento identificadas, os ODM provavelmente não seriam alcançados. Isto significa que há necessidade de abordar as causas estruturais da pobreza, caso contrário, nenhuma quantidade de ajuda externa pode mudar a situação".

2. Meio ambiente / questões de gênero

Elizabeth H. Monteza, que trabalha para o Centro de Ação social da Diocese de Pagadian, também nas Filipinas, destacou o "Meio ambiente" como uma prioridade que definitivamente deve ser incluída em um novo quadro. Enquanto a Irmã Christy Umeadi da Faith Base na Nigéria defendeu como importante a "igualdade de gênero".

3. Responsabilidade social / aprender a lição da crise financeira

Rosilene Wansetto, da Rede Jubileu Sul Brasil, Brasil alegou que "Os ODM devem incluir claramente a responsabilidade social corporativa. Empresas tem um claro impacto sobre o meio ambiente, mudança climática e nas pessoas que aprofundam a pobreza. Por exemplo, no Brasil, a construção de uma hidrelétrica levou muitas pessoas a perderem suas terras e meios de subsistência. Desenvolvimento, mas a que custo? É contribuir para a pobreza também se as empresas não são mantidas em conta. Metas devem trabalhar com a realidade e as companhias causam um impacto importante no desenvolvimento". Emma Lazcano Davalos trabalhando para CENDA, na Bolívia adicionou "especialmente quando tendo em conta a lição estrutural da crise financeira e a atual situação econômica em que o mundo se encontra".

4. Acesso a regiões remotas, não só satisfazer as necessidades das cidades.

Jean Robson Pinheiro, da CIMI, no Brasil mostrou isto claramente, dizendo: " Houveram melhorias, mas as questões de acesso à saúde, educação e capacitação precisam ser mais focadas nos problemas de acesso a regiões difíceis. Nós aqui trabalhamos com grupos muito isolados, precisamos que isso seja levado em conta e provido também".

"O que vier depois dos ODM precisa ser mais conciso como um quadro de questões"

Além de ser mais inclusivo como um quadro, os entrevistados também queriam que um novo quadro fosse mais conciso. Três quartos concordaram com esta declaração (55% de acordo; 20% um pouco de acordo). No entanto, isto pode ser uma estatística enganosa, já que não é claro se os entrevistados entenderam a questão.

Alguns dos entrevistados estavam felizes com as metas dos ODM originais e não sentiam a necessidade de muito ajuste. Abbe Eustache Roger Tsovore Bunia, da Caritas Bunia, na RD do Congo disse "(os ODMs são) concisos e precisos para resolver, pelo menos, 80 por cento dos problemas".

Outros foram mais cuidadosos com uma maior concisão, pensando que comprometeria a possibilidade de adaptar o quadro para os contextos do país. Rita Schwarzenberger, da Hope for the Village Child Foundation, Nigéria advertiu "mais concisão eliminaria algumas áreas em que o contexto do país é relevante".

Houveram no entanto vários parceiros que salientaram ser importante se concentrar e dar prioridade a um novo quadro. Katia Ferrari, da LVIA, em Moçambique acrescentou "parece muito grande, você pode colocar qualquer coisa nele, no entanto, não vê os seus efeitos no nível da base". Emma Leslie, do Centre for Peace and Conflict Studies, no Camboja sugeriu que "necessidades básicas são a primeira prioridade e talvez nós precisamos nos concentrar em apenas um ou dois (objetivos) em vez de muitos. Por exemplo, água limpa ou comida. Isso é provavelmente um desafio já que todo mundo quer colocar seu problema como a ordem do dia, mas vamos nos focar e resolver a questão em vez de nos espalharmos".

10. Quais são as opções possíveis para o que poderia acontecer depois de 2015?

Pouco mais da metade dos nossos entrevistados sugeriram que o quadro dos ODM deveria ser expandido e desenvolvido depois de 2015. Quase 30% sugeriram que deveria haver um quadro completamente novo e diferente.

Quais destas três possíveis alternativas para o que poderia vir depois dos ODM melhor representa sua opinião?

Não há uma demanda clara para mudanças depois de 2015. Em resposta a esta pergunta, 54% dos participantes de nossa investigação responderam que "a partir de 2015 devemos expandir e desenvolver o quadro dos ODM existente". Apenas 15 dos nossos 104 entrevistados escolheu a opção que "depois de 2015 devemos manter as metas dos ODM existentes e prorrogar o prazo"; e quase 30% escolheram "nós precisamos de um quadro novo e diferente para o desenvolvimento".

Quando explicando a opinião de que o quadro dos ODM deve ser expandido e desenvolvido, os entrevistados descreveram como os resultados dos ODM existentes devem ser usados para avaliar a situação e determinar o que deve ser modificado, mantido ou incluído na próxima vez. Shafiqul Islam da organização DAM, Bangladeche descreveu seu desejo de "uma versão revisada e melhorada dos ODM". Como Jean Robson Pinheiro, coordenador da CIMI no Brasil declarou "as mudanças geradas pelas metas exigirão adaptações em busca daquilo que não se concretizou como esperado nos ODM e também levar em considerações os novos elementos que emergiram".

Outros alegaram que mais problemas devem ser incluídos no novo quadro pós-2015. Matt McGarry trabalhando para CRS no Afeganistão insistiu que a simples extensão do prazo dos ODM "prejudicaria a ideia de responsabilização e de indicadores ligados a prazos. Já que um grande esforço foi colocado na orientação dos doadores, implementadores e outros para a realização dos ODM, seria uma perda terrível simplesmente riscá-los e começar de novo. Faria mais sentido ter uma extensa revisão seletiva prolongando onde necessário, expandindo ou excluindo onde apropriado".

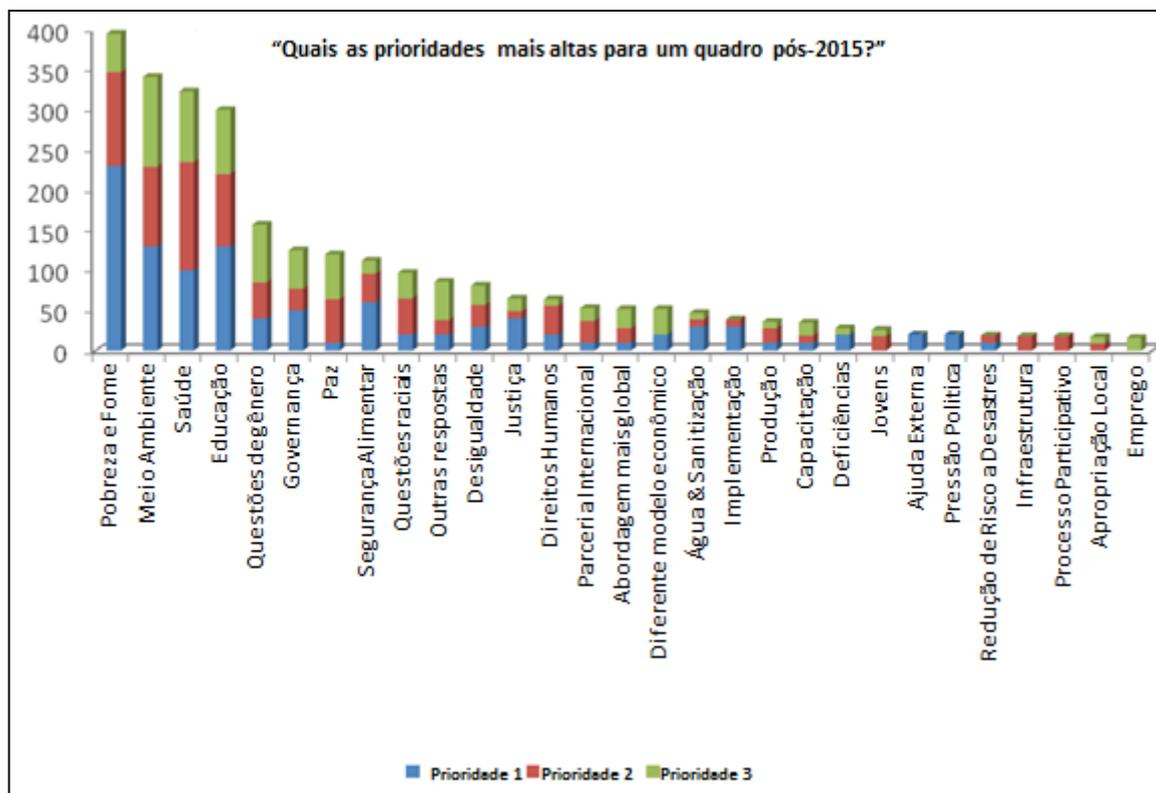
Alguns entrevistados alegaram pelo mantimento dos ODM inteiramente. Padre Francis Nass, por exemplo, que trabalha na Diocese Católica de Yolain na Nigéria disse que "devemos manter os ODM porque eles são perfeitos e melhoraram muito as condições", em sua opinião devíamos "expandir os prazos para a realização dos ODM, enquanto mantendo uma abordagem baseada em metas e continuando o financiamento". Outros sentiram que porque existem tantas coisas a fazer e as metas originais não foram alcançadas, não há opção melhor do que mantê-los e prorrogar seus prazos: "nossa incapacidade de alcançar os objetivos exigiria que mantivéssemos os ODM existentes e prorrogássemos os prazos" (Padre Simeon Omale, Diocese Católica de Imah, Nigéria).

Aqueles que sugeriram "depois de 2015 precisamos de um quadro novo e diferente" tiveram várias razões diferentes. Welcome Sibanda, que trabalha para a Caritas no Zimbábue se referiu à situação financeira para justificar o fato de que deve haver uma estrutura completamente diferente: "por causa da crise econômica em países em desenvolvimento, precisamos rever as questões da pobreza em linha com a globalização."

Quais questões seriam suas três maiores prioridades para um quadro pós-2015?

Talvez como poderia ter se esperado houve uma variedade de respostas a esta pergunta. No entanto, os dados da pesquisa revelaram fortes tendências para um quadro pós-2015 e 4 prioridades foram claramente identificadas como as questões mais críticas.

- 1) **Pobreza & Fome**
- 2) **Meio-Ambiente**
- 3) **Saúde**
- 4) **Educação**



Pobreza e Fome Cerca de 50% dos nossos parceiros consideraram a pobreza e a fome como sua primeira prioridade para o desenvolvimento. Como Vincent Edoku da Caritas em Uganda disse "a luta para erradicar a pobreza e a desigualdade e solucionar os desafios de desenvolvimento nos países em desenvolvimento é real e multifacetada. A comunidade internacional está certa em colocar todo o seu peso atrás dessa". É importante notar que apesar de que o emprego (meta 1b) e a segurança alimentar não terem sido as questões mais explicitamente mencionadas em nossa pesquisa, se o número de vezes em que estes temas foram citados fosse adicionado ao número de vezes em que a pobreza e a fome foram citadas, então objetivo 1 - para erradicar a pobreza e a fome - se tornaria incomparavelmente a maior prioridade nos objetivos de desenvolvimento em qualquer futuro quadro.

Meio Ambiente

Interessantemente, o meio ambiente foi classificado como a segunda maior prioridade. Houve uma chamada esmagadora para a sustentabilidade e proteção dos meios de subsistência e do ecossistema. A este respeito, Javier Munera, da CEUDES na Colômbia disse "Vamos esperar que o principal objetivo não seja o desenvolvimento, mas manter a possibilidade de vida no planeta. Ou melhor, preservar o planeta". Ateeq Rehman, da Islamic Relief Worldwide, Região da Ásia alertou a respeito da "pobreza que é induzida ambientalmente".

Tais apreensões foram refletidas nos comentários de vários parceiros. A Mudança Climática foi classificado como a maior preocupação daqueles que colocaram o meio ambiente como uma das suas principais prioridades para um quadro pós-2015. Francis Kyaw Zin Oo, da Association of Volunteer Service International (AVSI), na Birmânia colocou

"o problema do aquecimento global e Objetivo 7 que garante a sustentabilidade ambiental" como uma das prioridades que ela considera mais importante para os nossos tempos atuais.

Saúde

Saúde foi a terceira prioridade mais mencionada em nossa pesquisa, e 38% das respostas colocaram o bem-estar físico como uma meta importante a ser incluída em qualquer futuro quadro para o desenvolvimento. Na verdade, no Sul, problemas de saúde não são apenas um motivo de desconforto físico e dor, mas também possuem um grande custo econômico. Assim, como Etelvino Emílio Carlos, da Caritas Lichinga em Moçambique alegou "(um novo quadro precisa) combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças. Eu não conheço qualquer comunidade que tenha se desenvolvido com pessoas vulneráveis, sem assistência à saúde".

Dentro do tópico "saúde", várias preocupações foram mencionadas que refletem o fato dos ODM terem 3 objetivos diferentes especificamente direcionados às questões de saúde: meta 4 para reduzir a mortalidade infantil, meta 5 para melhorar a saúde materna e meta 6 para combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças. Assim, apesar da saúde ter sido a terceira maior prioridade, os subtemas do HIV/AIDS, saúde materna e mortalidade infantil foram as questões mais mencionadas dentro deste tópico. Por exemplo, Louis Legge Lako Kenyi, do Escritório Católico para o Desenvolvimento, Pastoral da Região de Kosti, no Sudão disse "reduzir a taxa de mortalidade infantil é uma questão importante a nos afetar". Tsigie Haile, da Organization for Women in Self-Employment (WISE), na Etiópia solicitou "serviços básicos de saúde para todos".

Educação

Por último, educação foi identificada como a quarta questão mais crítica para um quadro de desenvolvimento, assim, um tema fundamental a ser incluído em um possível acordo em 2015. A educação é uma competência fundamental para garantir a plena inclusão de um indivíduo no âmbito social, econômico e político. Além disso, a educação pode melhorar a saúde, desenvolvimento econômico e o bem-estar em geral. Como Irmã Esther Shebi, da CARUDEP Kuru, na Nigéria colocou "(existe) capacitação por meio do acesso à educação formal". Alouis Chaumba, do CCJP, no Zimbábue acrescentou "se as pessoas fossem mais educadas, seriam melhor informadas, tomariam melhores decisões políticas, teriam melhor higiene e isso também levaria a uma redução na mortalidade infantil".

Muitos parceiros salientaram que a meta para um possível quadro deveria concentrar-se em alcançar a educação universal. Como Sylvester Mallah, da Saúde Mental, do Fátima College Campus, na Serra Leoa expressou um novo acordo deveria buscar "atingir a educação primária universal".

Uma tipologia das perspectivas do Sul

Sobre tipologias

Estas tipologias visam identificar 'tipos' de perspectivas significativos sobre a questão do que deve acontecer após a realização dos ODM. Entre estes, nós esperamos que a maioria (se não todos) os pontos de vista que reunimos com esta pesquisa sejam cobertos. As tipologias constituem 'tipos ideais'⁷ – que são baseados em nossas observações da pesquisa qualitativa, porém simplificados e exagerados para torná-los mais reconhecíveis e fáceis de entender. Desta maneira fictícios, porém realistas. Os tipos não são 'ideais' no sentido de que eles são excelentes; nem mesmo porque serem uma média. Eles são ideias construídas que ilustram posições internamente coerentes e realistas sobre o debate pós-ODM. Tomados em conjunto, espera-se que os tipos nos ajudem a “perceber” melhor os diferentes pontos de vista que atualmente circulam na sociedade civil do Sul.

Os tipos nos ajudam a entender melhor diferentes pontos de vista atualmente circulando entre a sociedade civil do Sul

Estes são tipos, não estereótipos. É mais fácil de compreender e trabalhar com tipos se imaginarmos que eles são pessoas reais – por isso cada um de nossos tipos tem um nome, sexo, nacionalidade e idade – e também uma foto⁸. No entanto, essas características pessoais são muitas vezes secundárias à essência do tipo. Nem todas as pessoas como 'Rom' são do sexo feminino; e há muitas pessoas como 'Chuma' que não estão em seu 30s. É verdade que 'Amero' é da América Latina, mas o mais importante sobre ele é sua posição crítica em relação ao Norte as estruturas de poder, não sua nacionalidade.

Uma das melhores maneiras de usar-se os tipos não é falar da 'Irmã Hope' e do 'Jamal', mas falar sobre pessoas como a 'Irmã Hope' e pessoas como o 'Jamal'. Os tipos são representantes de grupos, mas em qualquer grupo haverá diversidade. Nós podemos reconhecer a Valeria nas pessoas que conhecemos, mas o tipo 'Valeria' não é uma pessoa real. Também é importante lembrar que a tipologia ilustra uma variedade de pontos de vista, ao invés de um número de pessoas que possam caber em qualquer um tipo.

Eles não foram feitos para cortar todos em uma certa forma para encaixá-los como um quebra-cabeça. Em vez disso, os tipos visam formar peças-chave em um mosaico social.

Na vida real, as pessoas são diferentes, imprevisíveis e complexas. Os tipos não pretende cortar todos em uma certa forma, para encaixá-los como um quebra-cabeça. Em vez disso, eles visam formar peças-chave em um mosaico social – onde nós podemos olhar para cada peça de perto, dar um passo para trás e então entender melhor a grande figura.

A seção a seguir descreve seis 'tipos' de vozes do Sul. Há mais detalhes sobre como os 'tipos' foram identificados no apêndice.

⁷ Este conceito foi desenvolvido pelo socialista Alemão, Max Weber

⁸ As fotos são imagens de verdadeiros parceiros CAFOD, que gentilmente permitiram que suas fotografias fossem usadas para o trabalho da CAFOD. Na vida real, as pessoas nas fotos podem necessariamente não concordar com as opiniões do 'tipo' que sua imagem ilustram.



“Rom”

Poder da “base para cima” é melhor

Rom é a Coordenadora de Programas da CFFD, uma organização para ajudar mulheres a começar pequenas empresas na região rural do Camboja. Ela está em seus trinta anos e tem trabalhado em desenvolvimento por 11 anos.

Os ODM foram úteis para Rom porque eles deram-lhe uma 'mão' na hora de fazer propostas para captação de fundos – e ela conseguiu o dinheiro para sua organização, ligando seu trabalho ao Objetivo 3 para a igualdade de gênero. No entanto, ela critica os ODM por serem uma iniciativa "do topo à base", que foi mais importante aos doadores do que a qualquer outro.

Através da sua experiência prática, Rom veio a acreditar que mudança social real vem da comunidade local, do nível da base. Ela é apaixonada por 'abordagens ascendentes' para o desenvolvimento e quer que o planejamento pós-ODM seja enraizado nas necessidades e prioridades de pessoas pobres em suas comunidades. Por esse motivo, ela quer que o processo de planejamento pós-ODM seja conduzido pelo Sul – com o quadro desenvolvido de forma indutiva, a partir do nível da comunidade. Consultas e métodos participativos devem ser usados para chegar às populações vulneráveis – e os objetivos de qualquer futuro quadro devem ser amplamente divulgados para uma audiência geral.

Rom acredita que os desafios e oportunidades para o desenvolvimento no Camboja são muito diferentes daqueles encontrados em outras partes do mundo – particularmente na África. Ela quer um quadro pós-ODM que reflita a realidade específica do seu trabalho e não se amarra a metas do tipo "um tamanho serve a todos".

Para Rom, a ajuda externa pode ser um crítico catalisador do desenvolvimento, e pode facilitar o crescimento das pequenas empresas como as das mulheres com quem trabalha. Ela quer um novo quadro que mobilizará fluxos de ajuda internacional, mas assegurará que aqueles que trabalham "na base" tenham máximo poder de decisão sobre como este é gasto.



“Chuma”

Querendo ações, não palavras

Chuma está no início de seus quarenta anos e é o Secretário Executivo para uma Comissão Episcopal no Zimbábue. Ele trabalha no desenvolvimento há sete anos.

Para Chuma, não há nada de errado com as metas dos ODM originais em si – mas ele ficou muito decepcionado com a implementação dos planos para alcançá-las. "Os ODM eram uma coisa boa na teoria, mas eles não tiveram nada do impacto que prometeram". Na sua opinião, um futuro quadro levaria em consideração o lado prático de fazer o desenvolvimento possível. Isso significa que questões como a disponibilidade de infraestrutura, de estradas, escolas e hospitais seriam considerados e incluídas nos objetivos de desenvolvimento com financiamento disponível para sua realização.

Chuma está preocupado com as ligações entre a esfera internacional, os governos e as comunidades em desenvolvimento – e pensa que deveria haver melhores parcerias em todos os diferentes níveis: "Transformar palavras em ações necessita fortes relações de trabalho do topo à base". Ele acha que se o planejamento pós-2015 fosse desenvolvido em verdadeira parceria entre o Norte e o Sul, haveria uma chance de criar-se um novo quadro que realmente geraria resultados para o desenvolvimento. Chuma especialmente destaca a importância de se entregar todos os fundos prometidos na Declaração do Milênio, bem como perdoar a dívida externa de longa data dos PBRs.

Chuma vê uma oportunidade a nível regional para reforçar essas relações. Ele acha que seria melhor agrupar países por regiões geográficas, para que eles possam cada um criar planos de desenvolvimento que sejam mais adequados para seu próprio contexto – e estariam em uma melhor posição para aprender com seus vizinhos. "A região é o intermediário para transmitir o nível nacional ao global. Nós precisamos facilitar essas relações."



“Sister Hope”

Planejadora pragmática

Irmã Hope trabalha como Coordenadora de Programas de Saúde para o HIV/Aids em uma diocese no Sudeste da Nigéria. Ela tem trabalhado em desenvolvimento há 13 anos.

Irmã Hope pensou que os ODM foram uma maneira importante de dar direcionamento à mente daqueles que trabalham no desenvolvimento e aumentar a visibilidade das questões da pobreza, especialmente a nível internacional. Eles criaram um ponto comum de mobilização, o que ajudou a assegurar fluxos de recursos e alívio da dívida externa, ambos vitais no seu país. Suas principais prioridades são melhorarias na saúde, especialmente para os portadores de HIV/Aids e mulheres vulneráveis, bem como a educação. Ela é solidária com medidas de condicionalidade, contanto que elas sejam usadas exclusivamente para garantir a prestação de contas dos governos.

As metas nem sempre deram a impressão mais acurada de como mudanças acontecem de verdade – “desenvolvimento é complexo, e as metas de desenvolvimento lhe dão imagens muito simples”, diz ela. No entanto, esta imagem simplificada, permitiu que toda a comunidade do desenvolvimento visse as questões fundamentais da pobreza que são comuns para as pessoas ao redor do mundo. Para Irmã Hope, esse é o reconhecimento da dignidade inerente da pessoa humana, um princípio fundamental da Doutrina Social Católica.

Irmã Hope considera que o elemento mais importante de um novo quadro é sua substância e praticidade – em vez do processo de desenvolvimento. Num mundo ideal, Irmã Hope gostaria de ver os países em desenvolvimento assumir uma liderança igual à do Norte no planejamento pós-2015. No entanto, ela é pragmática:

“Você tem que olhar para a realidade política e os interesses em jogo de todos os lados. As pessoas podem usar o poder que têm – tanto no Norte como no Sul. Contanto que no final exista um quadro que realmente faça diferença para as pessoas pobres, por mim está aprovado”.



“Amero”

Quadros internacionais são perda de tempo

Amero está no final de seus 50 anos e tem trabalhado em desenvolvimento há 35 anos. Atualmente é chefe da Comissão de Justiça e Paz de uma diocese no Rio de Janeiro, Brasil.

Tendo lutado por campanhas de suporte aos direitos sociais e justiça social por muitas décadas, Amero desconfia profundamente de acordos internacionais. Ele sente que estes sempre são inclinados para os interesses dos países ricos, e viu ecos do consenso de Washington nos ODM originais.

Amero pensa que os ODM alteraram a terminologia que as pessoas usam no desenvolvimento, mas não tem qualquer efeito real sobre o que elas realmente fizeram. "Todo mundo acabou por fazer o que sempre fizeram – apenas usaram palavras diferentes para falar sobre isso". Ele acha que os ODM criaram uma linguagem orientada para doadores que coloca o processo de decisão fora do alcance dos cidadãos pobres. Ele teme que isso já está acontecendo novamente com as discussões sobre o pós-2015.

Amero teme que o Norte trabalhará para dominar qualquer novo quadro pós-2015, e o organizará de acordo com seus objetivos de política externa. Ele acredita que é mais importante para os países em desenvolvimento assumir a responsabilidade de seu próprio desenvolvimento através do estímulo da indústria e da produção – e as agências de desenvolvimento deveriam concentrar-se na promoção do setor privado favorável aos pobres, na produção agrícola e nos desafios às regras comerciais que injustamente desfavorecem o Sul – ao vez de oferecer fundos.

Ele não acha que vale a pena o aborrecimento de tentar chegar-se a um acordo sobre um novo quadro internacional para o desenvolvimento – porque esse seria apenas manipulado e explorado pelas elites, assim como os ODM originais.



“Jamal”

Aproveitar os ganhos dos ODM

Jamal tem trinta e poucos anos e é o Representante de uma Agência Paquistanesa de uma grande organização cristã de desenvolvimento. Ele tem catorze anos de experiência no setor do desenvolvimento.

Jamal sentiu que os ODM não tiveram muita relevância ou impacto no Paquistão, porque interesses de segurança e política externa têm sido tão dominantes aqui (influenciado pela "Guerra ao terrorismo", que começou após a declaração do Milênio ser assinada). No entanto, ele pensa que os ODM tem sido úteis em outros contextos de desenvolvimento, especialmente para a pressão política, captação de recursos e a avaliação de desempenho. Suas prioridades pessoais para o desenvolvimento são a saúde e a educação – que ele sente que essas estão no centro de outras questões centrais do desenvolvimento tais como a pobreza e a fome.

Jamal está interessado que qualquer quadro pós-2015 tire vantagem dos ganhos do processo original dos ODM. Ele sente que dada a enorme quantidade de esforço que foi feito para orientar as agências de desenvolvimento em torno dos ODM e certificar-se que eles fossem bem conhecidos em toda a indústria de desenvolvimento, seria um desperdício simplesmente riscá-los e começar do zero.

No entanto, após das inundações devastadoras no Paquistão, Jamal está preocupado que um quadro pós-2015 leve em consideração a questão da mudança climática. Em geral, ele seria a favor de uma versão revisada dos objetivos a partir de 2015 – com algumas metas expandidas e outras reformuladas ou excluídas. Jamal é cuidadoso sobre a dissolução do quadro por causa de extensões à questões de especial interesse, mas ele sente que este precisa ser atualizado para que seja relevante, nestes tempos de mudança.

Jamal quer que o planejamento pós-2015 seja coliderado entre o Norte e o Sul, na medida em que haja capacidade e interesse de se fazê-lo.



“Valeria”

Defensora dos direitos sociais

Valeria é a Diretora Executiva de uma grande missão cristã para a proteção dos direitos indígenas, com base na Colômbia. Ela está no início de seus quarenta anos e tem trabalhado no desenvolvimento há 16 anos.

Através de seu trabalho com as comunidades indígenas, Valeria é altamente consciente das diferenças culturais e da diversidade entre as pessoas ao redor do mundo. Igualmente, ela acredita que partilhamos de direitos fundamentais como membros da raça humana. Ela vê um quadro global como uma oportunidade para fazer valer esses direitos e garantir que eles sejam honrados pelos governos nacionais. São os governos nacionais, diz ela, que têm a responsabilidade de garantir e proteger os direitos das comunidades pobres e vulneráveis.

Valeria sentiu-se frustrada com os ODM, porque que ela achou que eles basearam-se em “necessidades” ao invés de “direitos”. Isso foi particularmente inadequado no contexto de sua defesa aos povos indígenas – significou que a proteção das suas terras e recursos naturais continuou à mercê de caprichos políticos. Valeria sentiu que os ODM ofereceram muito pouco em termos de avanço ao seu trabalho. "Eles foram melhores do que nada", disse ela, "mas poderiam ter sido muito mais!".

As questões prioritárias da Valéria são a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos – especialmente os direitos dos povos indígenas e das minorias. Ela vê 2015 como a possibilidade de instaurar-se um novo quadro baseada nos direitos sociais, o que constituirá uma visão mais fundamental e atraente para um mundo melhor. Ela quer que o Norte e o Sul se juntem para esse desenvolvimento – para que todos os países tomem parte neste novo quadro radical e empenhem-se em torná-lo uma realidade.

Novo quadro; novo contexto

Até agora, este estudo descreveu as opiniões de 104 representantes de organizações da sociedade civil do Sul, em 27 países em desenvolvimento em todo o mundo. Seus pontos de vista nos oferecem uma valiosa percepção de como o debate pós-ODM pode se parecer de acordo com a perspectiva daqueles no Sul. No entanto, estas opiniões não existem em um vácuo. Elas emergem do – e devem envolver-se com – o contexto mais amplo do desenvolvimento, que difere significativamente da década de 1990, quando os ODMs foram formulados e assinados.

Enquanto as preocupações centrais dos ODM – nutrição, saúde e educação – mantêm-se como críticas para o desenvolvimento como sempre, mudaram-se no entanto ambos a natureza destas questões como os problemas de desenvolvimento e o contexto em que deve ser enfrentados. As discussões do pós-2015 provavelmente vão ser enquadradas por um número de fatores 'novos'. Aqui nós discutimos apenas três: o contexto pós-crise; a mudança no quadro global da pobreza; e a constante agitação sobre os indicadores e incentivos institucionais.

1. Desenvolvimento em um mundo pós-crise

O atual clima econômico e político fará o período que antecede a 2015 muito diferente da preparação para 2015. Uma diferença importante é que os ODM surgiram em um período de flutuação relativamente benigno/estável/dinâmico, enquanto qualquer quadro pós-2015 precisaria ser adaptado ao contexto pós-crise de crises periódicas/de fontes múltiplas/instável e um mundo constricto em termos fiscais e de emissões de carbono . A política de desenvolvimento também mudou significativamente desde que a declaração do Milênio foi assinada em 2000. Houveram grandes mudanças no equilíbrio do poder global e das relações internacionais; novos instrumentos de financiamentos (incluindo financiamento climático, impostos inovadores e fluxos do setor privado); e nova competição por recursos.

Enquanto os ODM surgiram em um período relativamente benigno, estável e fiscalmente dinâmico, um novo quadro seria desenvolvido em um tempo em que a crise econômica varreu velhas certezas; quando a ameaça da mudança climática parece aumentar e as mudanças na governança global tem difundido poder geopolítico.

Há uma sensação de que a crise econômica marcou o início de um mundo diferente ou 'novo normal' no contexto pós-crise – uma das muitas e interligadas crises. A conclusão do Relatório do Conselho Nacional de Inteligência dos EUA (2008: xii), com base numa ampla e grande consulta acadêmica, é preocupante: "tendências sugerem grandes descontinuidades, choques e surpresas".

Nassim Nicholas Taleb (2007) popularizou a tese dos “Cisnes Negros” – eventos inesperados, imprevisíveis e de alto impacto – tais como a crise econômica propriamente dita. Taleb argumentou que os seres humanos subestimam a probabilidade e o impacto de eventos difíceis de prever. No entanto, nós não devemos tentar prever “Cisne Negros” mas "investir na preparação, não na previsão" (ibid.: 208). Em suma, buscamos poder identificar um número relativamente pequeno de variáveis ou meios que provavelmente terão uma influência desproporcional sobre possíveis “desenvolvimentos” futuro e possíveis futuro(s) global(is).

Ao mesmo tempo, houveram mudanças importantes no contexto geopolítico de desenvolvimento mais amplamente, por exemplo:

- Governança global: A mudança do G8 para o G20 significa mais representação e poder para grandes nações em desenvolvimento (se não para África e países de baixa renda). No entanto, alterações no FMI e no Banco Mundial, particularmente as alterações à forma como seus chefes e membros do conselho são selecionados, provavelmente serão ainda mais cruciais para alterações mais amplas na governança.
- Novas políticas econômicas e sociais: é provável que haja uma tendência maior entre os países em desenvolvimento de explorar novos modelos de desenvolvimento, por exemplo, abordagens da China e do "Consenso de Pequim". A escala das crises alimentares e financeiras criou um caso forte para o melhoramento dos sistemas de proteção social, no entanto desenvolver a apropriação de governos e sociedades civis continua a ser um desafio para a obtenção de financiamento ao longo prazo.

Uma outra alteração é a contínua incerteza econômica causada pela própria crise. Não é claro quando, ou se, as taxas de crescimento dos países mais pobres vão começar a subir, e se as pessoas mais pobres se beneficiarão

destas a tempo de evitar danos permanentes aos meios de subsistência e erosão de seus bens. Em termos de recuperação e perspectiva das finanças públicas, existem diversas preocupações relativas à velocidade da recuperação, espaço fiscal e impactos sobre as despesas públicas, gastos sociais e serviço da dívida, que são altamente específicas a cada país. O crescimento mundial é claro suficiente a julgar pelas estimativas do IMF World Economic Outlook e a recuperação é muito em forma de "V" nas economias emergentes e também na África. Martin Wolf do Financial Times e Moisés Naim da Foreign Policy observam a recuperação "LUV" (a recuperação em forma de um "L" na Europa. Em forma de "U" nos Estados Unidos e "V" nas grandes economias emergentes). Isto implica um Norte fiscalmente restrito e endividado, em contraste com o conjunto dinâmico das maiores economias emergentes. Muito depende de quando o estímulo fiscal e monetário é retirado. Em suma, recuperação sustentada não é garantida.

A incerteza econômica dos países doadores também está levando a um declínio do apoio público aos orçamentos de ajuda externa. Isso é uma preocupação imediata para os tomadores de decisão políticos ao longo dos próximos anos e será crucial na determinação do ambiente da política econômica e social. Olhando à frente existem algumas "mudanças de jogo" grandes além da recente crise econômica e alimentar/combustível (mais notavelmente a mudança climática e demográfica/urbanização, para citar apenas duas) que terão um impacto sobre os ODM até 2015 e além.

Também pode ser notada a mudança na natureza da própria ajuda externa no aumento de 'novos' doadores como o Brasil, Rússia, Índia, China entre outros; e os debates sobre o financiamento climático talvez possam diminuir os fluxos de 'ajuda tradicional'. Estes novos doadores têm uma abordagem diferente à ajuda do que à OCDE, e o longo consenso em torno de termos como a 'redução da pobreza' está começando a parecer vulnerável. O financiamento inovador já está mudando a natureza e a estrutura da ajuda externa, e debates pós-burocráticos já estão chegando aos radares de doadores. Tudo isso fala a um ambiente político e econômico de crescentes incertezas ao longo da próxima década ou mais, e à probabilidade de que estes serão tempos de "confrontar-se a longa crise" (Evans e outros, 2010).

2. A mudança na distribuição da pobreza global

A demografia da pobreza global também será diferente até a reta final de 2015 em comparação ao fim do ano 2000. Houveram mudanças nos lugares onde as pessoas pobres vivem geograficamente, que terá um impacto significativo sobre a concepção de estratégias de desenvolvimento.

A mais recente estimativa sistemática do Banco Mundial sobre a pobreza global na linha de pobreza internacional é a de Chen e Ravallion (2008). Eles atualizaram a linha da pobreza internacional de 1990 (com base na média de uma amostra de países em desenvolvimento) com uma nova linha internacional de pobreza de US\$ 1,25. Dados foram utilizados para estimar as tendências e mudanças nas distribuições regionais dos pobres do mundo, entre 1990 e 2005. Eles estimaram que para 2005, 1,38 bilhões de pessoas viviam abaixo da nova linha da pobreza internacional de US\$ 1,25/dia. Este número diminuiu em 400 milhões entre 1990 e 2005, do 1,81 bilhões de 1990.

A maioria dos pobres do mundo (em torno de um bilhão de pessoas) já não vivem em Países de Baixa Renda (PBR). 72% dos pobres do mundo agora vivem em Países de Renda Média (PRM); com PBR representando 28% e frágeis PBR apenas 12%.

Também houve uma mudança na distribuição da pobreza global – da China, à Índia e à África Subsariana. Em 1990, 40% dos pobres globais viviam na China. Em 2005, um terço dos pobres vivia na Índia e um terço mais na África Subsariana. Se olharmos para milhões de pessoas pobres (ex. não na % da pobreza), a pobreza diminuiu drasticamente na China, mas aumentou em números absolutos na Índia e na África Subsariana desde 1990.

Olhando para a frente, se tomarmos o US\$ 1,25 por dia das metas dos ODM de reduzir pela metade a pobreza isso significaria 0,9 bilhões de pessoas pobres em 2005 mesmo se o MDG 1 for alcançado. Se a recuperação da atual crise econômica é rápida, haverá cerca de 918 milhões de pessoas pobres em 2015, dos quais 40% estarão na África Subsariana. Se a recuperação for fraca, haverá 1.132 bilhões de pessoas pobres em 2015, dos quais 421 milhões estarão na África Sub-sahariana (Banco Mundial, 2010: 115).

A distribuição global dos pobres também mudou para classificações de Países de Baixa Renda (PBR) / Países de Renda Média (PRM) – com uma tendência para os pobres de viverem em PRMs. Nos últimos dez anos o número de Países de Baixa Renda (PBR) caiu de cerca de 60 em meados dessa década para apenas 38 nos mais recentes dados liberados para o AF2011 (ver quadro 1).

Tabela 1: Número de países em cada categoria do Banco Mundial⁹

Ano	AF90	AF95	AF00	AF05	AF10	AF11
Base de Dados	1988	1993	1998	2003	2008	2009
Baixa Renda	48	58	61	60	43	39
Renda Média-Baixa	51	66	56	55	55	60
Renda Média-Alta	26	37	36	37	46	50
Alta Renda	41	40	50	55	67	71

Foi durante a década de 2000 que o maior número de PBRs se tornou PRMs. Isto, naturalmente, teve consequências imediatas para as distribuições da pobreza no mundo. Do total de 27 países alcançando a posição de PRM, o mais notável nestes termos, foi a reclassificação de alguns países muito populosos – Índia, Nigéria e Paquistão (China já tinha se promovido em 1999). Dois países estavam no limiar do PRM/PBR – a Costa do Marfim e o Paquistão. Este último tem um impacto significativo sobre a distribuição da pobreza no mundo e está tecnicamente sob o nível dos PBRs por apenas US\$ 20.

A maioria dos pobres do mundo – em torno de um bilhão de pessoas – já não vive nos PBRs. Apenas aproximadamente 250-300 milhões de pessoas pobres vivem nos estados frágeis dos PBRs (ver quadro 2). Os dados do Banco Mundial sugerem que 72% os pobres do mundo agora vivem em PRMs – e 61% deles vivem em PRMs estáveis. PBRs representam apenas 28% dos pobres do mundo, e frágeis PBRs apenas 12%. Contrariamente às estimativas anteriores que um terço dos pobres vivem em estados frágeis, nossa estimativa é de que cerca de 23% – e estes estão divididos razoavelmente uniformemente entre frágeis PBRs e frágeis PRMs. Se o Afeganistão, Iraque e Sudão juntos tinham uma população em 2007 de 101 milhões, e assumimos um quadro de pobreza de US \$1,25 por pessoa de 50% (a média dos estados frágeis) isto poderia adicionar outros 50 milhões de pessoas, mas isso não mudaria radicalmente a distribuição global em mais de uns 3%.

Em contraste, em 1990, com um conjunto de dados mais limitado e, portanto com alguma cautela, estimamos que 93% dos pobres do mundo viviam em PBRs e apenas 7% nos PRMs (veja quadro 2).

⁹ Fonte: Banco Mundial: <http://data.worldbank.org/about/country-classifications/a-short-history>. Definições dos PBRs e PRMs são consistentes ao longo do tempo em termos reais.

Tabela 2: Estimativas da distribuição global dos US \$1,25 pobres do mundo (%), 1990 versus 2007-8¹⁰

	1990	2007-8
Países de renda média (PRM)	7	72
PRM PFAC	1	11
PRM Não-PFAC	6	61
Países de baixa renda (PBR)	93	28
PBR PFAC	13	12
PBR Não-PFAC	80	16
Países Frágeis e afetados por conflito(PFAC, 43 países)	14	23
África Sub-Sahariana	13	27
Total	100	100

Fonte: Calculado por A. Sumner através dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial (World Development Indicators – WDI)

Naturalmente existem algumas advertências MUITO importantes para estas estimativas tão cruas¹¹. No entanto, estas levantam questões importantes sobre a alocação da ajuda externa e o que ela procura alcançar. Se os “novos” milhões de pessoas situadas abaixo da linha da pobreza vive em países de renda média, pode ser que haja uma variedade maior de instrumentos para o desenvolvimento (por exemplo, política comercial e fiscal, cooperação multilateral, política climática), tornando-se estes mais importante do que os subsídios oferecidos para o progresso do desenvolvimento.

3. 'Novo' pensamento sobre os indicadores e incentivos institucionais

Muitas iniciativas tem sido criadas procurando repensar os indicadores de pobreza e desenvolvimento. Uma das mais importante foi a recente Comissão Sarkozy, presidida por Amartya Sen, Joseph Stiglitz e Jean-Paul Fitoussi. Esta proporcionou uma das indicações mais recentes e mais fortes de todas, por causa de sua conclusão de que existe uma necessidade de "mudar a ênfase de medir a produção econômica para medir o bem-estar do povo" (2009:10). A Comissão de Sarkozy considera seu relatório como o começo de uma discussão ao invés de uma respostas. Outras iniciativas incluem:

- **Desenvolvimento humano mais abrangente e atualizado** - A grande revisão dos 20 anos do Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano pela HDRO e a Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) descreveu as dimensões ausentes do desenvolvimento humano. Estas são dimensões importantes para as pessoas pobres, mas com pouca ou nenhuma base de dados – enfoca o emprego digno, assistência e capacitação, segurança física, a capacidade de viver sem discriminação e o bem-estar psicológico e subjetivo. Esta revisão desenvolveu um novo índice de pobreza multidimensional.
- **'Bem-estar humano/3D'** e indicadores feitos pelas pessoas na pobreza. A rede de pesquisa, ESRC Wellbeing in Developing Countries (WeD) desenvolveu uma abordagem de 'bem-estar humano', que se baseia no desenvolvimento humano e visa interligar o bem-estar material, relacional e subjetivo assim como suas interações.

¹⁰ Dados da pobreza para 2007 – de acordo com o ano mais recente ano disponível – ou ano mais perto de 2007 in WDI; PBR/PRM status são baseados nas classificações de países do Banco Mundial para o AS2010 que são baseados em dados de 2008; Países Frágeis e afetados por conflito de acordo com a lista do OECD (2010) e lista de compilações do Banco Mundial de 43 países CPIA 2008; o índice Brookings de Fraqueza do Estado nos Países em Desenvolvimento 2008; e os indicadores de países da Universidade de Carleton para índices de política externa de 2008; estimativas de 1990 devem ser tratadas com cuidado.

¹¹ Em primeiro lugar, embora usamos 2007-8 ou o ano mais próximo, a quantidade de dados não é para 2007-8 e, portanto, não são estritamente comparáveis (por favor mande um e-mail aos autores para folhas de excel). Em segundo lugar, estes não são uma estimativa exata porque há falta de dados para alguns países. Em terceiro lugar, população e dados PPC sempre estão abertos à questões de precisão. Em quarto lugar, índices de pobreza terão mudado desde 2007-8, sobretudo devido à crise econômica global e, portanto, também podem ter alterado a distribuição global dos pobres.

- **Indicadores Universais** - A OECD convocou o "Projeto Medindo o Progresso das Sociedades", que entre outros, discutiu as definições mais amplas do significado de progresso, como o bem-estar sustentável e questões intra geracionais (pobreza, desigualdade, etc.). Isso seria desenvolvido sobre o ODM 8 e talvez teria a adaptação climática como um ponto central para a construção da resiliência em vários níveis

Existem também uma série de iniciativas que buscam repensar os incentivos institucionais, além do frio método de administração-por-resultados. Por exemplo:

- **Abordagens de assistência baseada em resultados (ou “pagamento “contra entrega”)** – estas têm sido lideradas pelo Centre for Global Development (Baster, Barder, e outros) onde o financiamento depende da entrega de resultados importantes (por exemplo crianças concluindo o ensino primário), ao invés de serem oferecidos antecipadamente.
- **Abordagens pós-burocráticas (ou 'estrutura de escolha')** – desenvolvido por economistas comportamentais pesquisando a tomada de decisões (por exemplo, Ariely, 2008; Thaler e Sunstein, 2008). Esta abordagem baseia-se na ideia de que os seres humanos são muito influenciados pelo seu contexto (por exemplo, 'escolhas automática') e respondem a esse contexto ou sua 'estrutura de escolha', portanto políticas públicas devem procurar criar esse contexto para influenciar as pessoas (ibid., p. 5).
- **Disparadores de solidariedade mútua ou Um-mundo** – ou seja, que acionam mecanismos como os de crise. A ideia de que certos níveis de necessidade ou privação desencadeiam respostas nacionais e/ou internacionais coordenadas. Isto tem paralelos com abordagens humanitárias.

Compromisso com o planejamento pós-ODM

Assim, apesar dos sentimentos mistos que os participantes de nossa pesquisa tiveram sobre os ODM originais, houve uma opinião dominante de que deveria haver algum tipo de quadro internacionalmente concordado e abrangente para o desenvolvimento, depois que eles se esgotarem em 2015.

A questão de como esse quadro deveria se parecer ainda não é clara – e nós não tentamos oferecer todas as respostas a esta pergunta através dessa pesquisa. Nós tentamos descrever as opiniões, prioridades e questões relativas ao planejamento pós-ODM através da perspectiva dos membros da sociedade civil no Sul – mas, obviamente, suas opiniões não serão os únicos fatores que precisam ser tomados em consideração.

Aqueles que pretendem construir um novo quadro terão que equilibrar uma variedade de diferentes fatores para assim ganhar amplo consenso. Interpretando os dados de nossa investigação no contexto mais amplo, descritos na seção anterior, nesta seção nós procuramos descrever os comprometimentos que qualquer novo quadro de pós-ODM terá que equilibrar (ver também Jahan, 2010; Manning, 2010. Vandemoortele, 2010).

1. Compromissos no processo

Haverão comprometimentos em relação à própria estrutura do quadro, mas também em termos do processo através do qual este será desenvolvido.

Inclusividade ou ‘momentum’

Nossa pesquisa indica um forte movimento para um processo aberto, inclusivo e participativo para decidir o que vem depois dos ODM. Nossos entrevistados favoreceram um processo onde nem o Sul do Norte estavam 'na liderança', mas onde países desenvolvidos e em desenvolvimento trabalham em parceria para determinar um quadro global. Mas como poderia a comunidade internacional realmente começar isso na prática? Uma parceria Norte-Sul seria realmente capaz de reunir o impulso político para conduzir um acordo?

O compromisso está entre ter um conjunto maior, mais inclusivo de atores liderando o processo (o que seria mais legítimo), versus ter um conjunto menor, mais poderoso de atores que teria uma chance maior de construir ímpeto político ao redor do quadro. A tarefa de realizar um processo global totalmente inclusivo – com consulta significativa que inclua as próprias pessoas pobres – poderia ser muito grande. No entanto, se os interesses e pontos de vistas dos atores 'grandes' são vistos como prioridade, então o planejamento pós-ODM estará aberto à acusação do mesmo elitismo e dominação do Norte como os ODM originais.

Quadro 4: Possíveis maneiras de organizar o processo do planejamento pós-2015

1. *Trabalhar através do sistema da ONU*
2. *Começar com um exercício “da base para cima”, como por exemplo um estudo renovado das “Vozes das Pessoas Pobres”*
3. *Trabalhar através das estruturas do G20 or G77.*
4. *Começar com uma variedade de oficinas participativas, conferências e eventos.*
5. *Encorajar muitas ideias de diversas fontes, e então lidar com o caos.*

Levar tempo suficiente ou aproveitar a oportunidade

Seria ambicioso construir um novo quadro global através de um processo mundial verdadeiramente inclusivo, e também intermediar um acordo internacional sobre este quadro em tempo para substituir os ODMs em 2015. Talvez seja melhor levar mais tempo para considerar um novo quadro, conduzir um processo mais abrangente em torno dele e permitir que a poeira do fim dos ODM se assente antes de intermediar um novo acordo. Isso iria permitir maior espaço para aprender as lições do processo original dos ODM, e distanciar o novo quadro das decepções que têm sido associadas com o ultimo.

No entanto, se há um espaço de tempo entre o final dos ODM e o início de um novo quadro, provavelmente seria muito mais difícil alavancar o processo. Para melhor ou pior, os ODM tornaram-se um ponto central para o desenvolvimento internacional, e as estruturas em torno deles oferecem facilidades para alcançar-se um novo acordo. Convocar uma discussão “do zero”, no futuro, requereria enorme vontade política e recursos. Esta pode nunca se concretizar – e pode acabar sem qualquer quadro para o desenvolvimento.

Refletividade contra a necessidade de avançar

Uma característica interessante da nossa pesquisa foi que, às vezes, os mesmos participantes de investigação deram opiniões diferentes e até mesmo contraditórias quando eles estavam sendo entrevistados em comparação a quando preencheram a pesquisa ou participaram do workshop. Isto não é particularmente surpreendente, uma vez que os participantes estavam respondendo às nossas perguntas 'de cabeça' – e seria de se esperar que poderiam ter mudado suas opiniões enquanto consideravam mais as questões. Isso indica no entanto que não se poderia esperar que qualquer consulta e planejamento para um novo quadro seja um processo linear. As pessoas vão mudar suas opiniões enquanto refletem sobre as questões, e respondem ao que outras pessoas dizem.

Para aqueles negociando um novo quadro, haverá uma troca entre facilitar essa refletividade ou garantir que o processo como um todo avança. Isso é um fator de grande complicação em qualquer processo que visa atingir um acordo em etapas, com cada aspecto do quadro construindo sobre o que foi acordado antes.

2. Comprometimentos no próprio quadro

Conciso ou abrangente

Um novo quadro terá de enfrentar o eterno problema para qualquer acordo global, de como ser tão relevante quanto possível, enquanto sendo conciso, memorável e coerente. Os ODMs foram criticados por negligenciar um número de questões diferentes – das deficiências aos direitos humanos – e uma miríade de grupos de interesse vão competir para ver suas questões incluídas em um novo quadro. Eles também foram criticados por serem muito longos – com alguns sugerindo que os ODM teriam sido melhor com apenas três ou quatro gols. Os participantes de nossa investigação estavam preocupados com estes dois aspectos: eles queriam que um novo quadro fosse ambos, mais inclusivo de questões diferentes (89% concordaram) e também mais conciso (75% concordaram).

Assim, haverá uma troca entre garantir que os diversos interesses do desenvolvimento sejam incluídos, e garantir que o novo quadro não se torne uma 'lista de compras' de questões. Uma correção óbvia para este problema é recategorizar questões em grandes grupos, afim de que mais do que um conjunto de questões possa ser consultado em uma vez. Naturalmente, isso corre o risco de tornar essas categorias menos significativas, e permitiria que diferentes pessoas possam interpretar o quadro como lhes convém.

Específico a cada país ou Internacional

Uma das preocupações mais fortes dos participantes de nossa investigação era assegurar que qualquer novo quadro leva-se mais em conta os contextos dos países do que os ODM originais (94% concordando). Isso veio do entendimento de que os problemas e prioridades de desenvolvimento são diferentes em locais diferentes – e que as intervenções que seriam eficazes nesses lugares são igualmente diversas. É claro, ao mesmo tempo existem muitas sobreposições nas prioridades das pessoas pobres em todo o mundo, e os países em desenvolvimento têm muito em comum. Expressar estes problemas como internacionais é um meio para sublinhar a sua importância e criar um ponto de concentração para a pressão política que atravessa fronteiras.

Quadro 5: Possíveis maneiras de adaptar o quadro aos contextos de casa país

1. *Ter quadros diferentes no nível nacional e regional*
2. *Ter um quadro estilo 'boneca russa', com versão local, regional e internacional, uma dentro da outra.*
3. *Tirar proveito da nova tecnologia e ter monitoramento maciço e progresso de apropriação. Por exemplo: Sistema COOT da Oxfam.*

Um novo quadro terá de encontrar uma maneira de ter em conta os contextos de desenvolvimento diferentes a serem encontrados em todo o mundo, sem pôr em risco o potencial do quadro para conectar e galvanizar o movimento do desenvolvimento como um todo. A decisão sobre como equilibrar as trocas entre país-específico/internacional é uma função dos julgamentos que

fazemos sobre de onde vem a mudança no desenvolvimento. Se pensarmos que os principais incentivadores para a mudança no desenvolvimento são os governos nacionais ou a sociedade civil local, então seria melhor focar o quadro centrado no nível nacional. Se pensarmos que os principais incentivadores são os doadores internacionais, as políticas comerciais e a geopolítica, seria melhor focá-lo internacionalmente.

Lidar com diferentes causas ou encontrar consenso

A sugestão de que os ODM originais não levaram em conta as causas estruturais da pobreza foi uma das críticas mais generalizadas aos ODM – e foi algo que cerca da metade dos participantes de nossa pesquisa estavam

preocupados com. No entanto, existem opiniões muito diferentes sobre quais são realmente as causas estruturais – e vai ser intensamente desafiador mediar um acordo global que permita a sua identificação.

Assim aqueles que pretendem concordar em um quadro podem desejar contornar esses problemas, limitando seu escopo a uma descrição de um mundo diferente que queremos ver – as metas que esperamos atingir e os indicadores pelos quais nós reconheceríamos tê-los alcançado, similares aos ODM atuais. Essa abordagem evita a questão de como essa mudança aconteceria – e se conecta com uma outra crítica identificada por alguns dos participantes de nossa investigação – de que os ODM fizeram pouca diferença em termos de implementação "na base". Muito possivelmente os ODM originais evitaram essas questões de implementação deliberadamente, com o objetivo de constituir um conjunto de perguntas sobre o desenvolvimento, ao invés de prescrever as respostas a elas. Indiscutivelmente no entanto, a forma como estas questões foram colocadas emprestou-se a algumas soluções mais do que outras.

Quadro 6: “ODMs, em vez de MDMs”

Ian Vale, da Poverty Eradication Network no Quênia, sugeriu que uma maneira de se lidar com o problema de abordar as causas da pobreza era concentrar-se no “Nível dos Objetivos” de um quadro, ao invés das “Metas”: “Os objetivos lhe dão uma visão do que realmente é realizado quando se trabalha a consecução das metas.” Ele descreveu como o trabalho no “O” dos “ODMs”, ao invés das metas dos ODMs, permitiria que os agentes de desenvolvimento se concentrassem em criar um ambiente capacitador que precisa estar no lugar para que mudanças possam acontecer.

Muito possivelmente os ODM originais evitaram essas questões de implementação deliberadamente, com o objetivo de constituir um conjunto de perguntas sobre o desenvolvimento, ao invés de prescrever as respostas a elas. Indiscutivelmente no entanto, a forma como estas questões foram colocadas emprestou-se a algumas soluções mais do que outras.

Um novo quadro tem que garantir a cobertura do desafio ao desenvolvimento, a fim de ter certeza que as soluções que se apresentam como resolvendo vão além da ajuda externa, e incluem outros meios, como a política de comércio exterior, a dívida externa, o meio ambiente e a diplomacia. Ao mesmo tempo, seria necessário evitar o redemoinho

político que potencialmente implicaria uma tentativa de isolar definitivamente as causas da pobreza.

‘Ambição’ ou ‘realismo’

A escolha entre a ‘ambição’ e o ‘realismo’ deve ser enfrentada em qualquer exercício de planejamento, mas é particularmente aguda, em quadro pós-2015 porque a natureza da ‘realidade’ a ser tratada é incerta e contínua. Enquanto os ODM originais foram formulados em um período de relativa estabilidade, um novo quadro terá de trajar um caminho através de um mundo cada vez mais imprevisível. A crise econômica abalou a confiança na teoria econômica convencional e prática, e a ameaça da mudança climática paira no horizonte. Se algumas das previsões em torno da mudança climática provem precisas e não se puder mobilizar suficiente ação contra elas, então nós poderemos passar as próximas décadas ‘correndo para ficar parados’ (ou seja, lutando para que as coisas não fiquem piores).

Perante esta situação, que tipo de expectativas um novo quadro deve criar? Se o quadro define um conjunto de metas, pode ser ‘ambicioso’ simplesmente manter em posição certos indicadores de desenvolvimento, e prevenir as situações mais extremas que têm sido postuladas sobre a mudança climática. No entanto, alguns podem achar esta projeção sombria bastante desanimadora. Talvez seja igualmente razoável definir metas mais otimistas e mobilizar uma expectativa global para o avanço do desenvolvimento nas próximas décadas. Afinal de contas, sem uma visão de progresso, parece improvável que este se torne possível.

Um dilema relacionado aqui é a questão de saber se um novo quadro é concebido como a longo ou curto prazo. Uma estrutura a curto prazo como os ODM originais, distribuídos entre um período de 15 a 25 anos (a maioria dos ODM baseiam-se na linha de base de 1990), tem a vantagem de serem combinados razoavelmente com os horizontes políticos – e, portanto, mais fácil de serem assinados pelos os líderes globais. Um quadro de prazo mais longo – seria mais difícil, e a proposta de 100 anos de um dos nossos participantes da pesquisa (ver quadro 7), pode ser mais difícil ainda.

Quadro 7: Opção a longo prazo – "Centenário de metas para o desenvolvimento"

Tibor van Staveren, da Progressio em Timor Leste, sugeriu que após a realização dos ODM devemos estabelecer o 'Centenário de metas ao desenvolvimento' – a ser atingido em 2100, com marcadores decenais ao longo do caminho. Isso iria refletir a natureza do trabalho de desenvolvimento a longo prazo e permitiria que os líderes mundiais se afastem da natureza relativística dos ODM originais – que comparou a situação atual com a situação no passado. "As pessoas esquecem que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio não são um ponto final - são apenas um marcador ao longo do caminho. Precisamos de mais marcadores e precisamos estabelecer uma ligação entre eles". Tibor propôs que uma Meta Centenária baseada em números absolutos, por exemplo, "desnutrição crônica só acontece em casos excepcionais, não mais de 1% de toda a população a qualquer momento". Marcadores decenais marcam intervalos ao longo da jornada e usam indicadores relativos (em comparação com os anos anteriores) para torná-los mais politicamente palatáveis aos líderes globais.



Conclusões e Recomendações

Para todas as diversas vozes que ouvimos através deste relatório, há uma mensagem clara e inequívoca:

- **Com caráter de urgência, a comunidade internacional deve dar o pontapé inicial a um processo global de deliberação para construir um novo quadro global para o desenvolvimento internacional a partir de 2015.**

Nossa pesquisa indica uma grande demanda da sociedade Civil do Sul para algum tipo de quadro pós-ODM após 2015. Tendo em conta os desafios de negociação de um acordo internacional tão grande, há pouco tempo a perder.

Nós também sugerimos as seguintes conclusões e recomendações:

1. Evidência qualitativa sugere que a predominante opinião no Sul é a de que o novo quadro deve ser desenvolvido em conjunto entre o Norte e o Sul. Existem chamadas robustas para um processo inclusivo e participativo.
 - *Os servidores públicos, políticos e líderes no **Norte e Sul devem trabalhar em conjunto na parceria para liderar o novo quadro.***
2. Embora existam alguns pontos de consenso (por exemplo, que deve haver algum tipo de quadro pós-2015), existe pouco acordo entre o Sul sobre como exatamente esse quadro deve se parecer.
 - *Todos os interessados em desenvolvimento devem preparar-se para um **debate apaixonado e exigente, onde é um desafio conciliar pontos de vista opostos.***
3. Resolver o debate irá requerer comprometimentos. Aqueles intermediando o acordo precisam lidar com as principais preocupações do Sul – em particular a especificidade contextual do desenvolvimento; bem como exigências políticas.
 - *Filósofos, profissionais, acadêmicos e formuladores de políticas para o desenvolvimento **devem abordar as escolhas básicas que um novo quadro deve enfrentar, especialmente a de formular um quadro que leva em conta o contexto do país; e ainda mobiliza o desenvolvimento internacionalmente.***
4. Nossa pesquisa indica uma mudança nas prioridades do Sul. Assim como as duradouras preocupações com a pobreza, fome, saúde e educação, o meio ambiente e as mudanças climáticas foram vistas como as questões mais importantes para um novo quadro.
 - *Assim como as principais preocupações do desenvolvimento e as questões negligenciados pelos ODM, um novo quadro deve **fazer o meio ambiente e a mudança climática uma prioridade.***

Apêndice

Agradecimentos

Este relatório foi escrito e pesquisado por Dra. Amy Pollard, CAFOD e Dr. Andy Sumner, IDS com o suporte de Monica Polato-Lopes e Agnès de Mauroy, CAFOD.

Gostaríamos muito de agradecer aos seguintes:

Todos aqueles que completaram a pesquisa e participaram das entrevistas:

Abba Teum Berhe Dane, Adigrat Diocesan Catholic Secretariat
Abbé Eustache Roger Tsovore, Caritas-Développement du Diocese de Bunia, DR Congo
Abbé Justin Nzunzi, Diocesan Commission for Peace and Justice in Bukavu, DR Congo
Alemayehu Mechessa, Oromo Self Reliance Association (OSRA)
Alouis Chaumba, Catholic Commission for Justice and Peace (CCJP), Zimbabwe
Anila J Gill, Caritas Pakistan
Asif Kaleem, Society for Disabled Women
Astrid Mendocilla Alvarez, Institute of Education and Health, Peru
Ateeq Rehman, Islamic Relief Worldwide
Bernard Lestienne, Grito dos Excluídos
Cornelius Munetsi Hamadziripi, Caritas Zimbabwe
Daniel Castillo, Diopim Committee on Mining Issues
Donato Ochan Hakim, Southern Sudan Older People's Organization (SSOPO)
Dr John S Materu, Diocese of Moshi, Rainbow Centre
Duncan Andrew, Thandanani Children's Foundation
Elizabeth H Monteza, Social Action Centre of Pagadian Diocese
Emma Lazcano Davalos, Centro de Comunicación y Desarrollo Andino (CENDA), Bolivia
Emma Leslie, Centre for Peace and Conflict Studies
Eshetu Bekele Yimenu, Poverty Action Network in Ethiopia (PANE)
Etelvino Emílio Carlos, Caritas Diocesana de Lichinga, Mozambique
Ferdausur Rahman, Prodipan
Feyera Abdi, SOS Sahel Ethiopia
Fr Francis Nass, Catholic Diocese of Yola
Fr Simeon A Omale, Catholic Diocese of Idah, Kogi State, Nigeria
Francis Atul Sarker, Caritas Bangladesh
Francis Kyaw Zin Oo, Association of Volunteer Service International (AVSI)
George Boran, Centro de Capacitação da Juventude (CCJ)
Gilbert Nyarumbe, Catholic Development Commission (CADEC)/Caritas Chinhoyi
Hna María Teodora López García, Instituto Histórico Centroamericano (IHCA)
Horácio Fernando Simbine, Comissão Episcopal de Saúde, Mozambique
Ian Vale, Poverty Eradication Network,
Janneth Lozano B, La Corporación de Apoyo a Comunidades Populares (CODACOP)
Jatani Sora Liban, Gayo Pastoral Development Initiative
Javier Munera, Corporación Unidades Democráticas para el Desarrollo (CEUDES)
Jean Robson Pinheiro, Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
Joazito Viana, Luta Hamutuk
John Materu, Diocese of Moshi, Rainbow Centre
José da Costa Undangala, Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz in Lubango
Joseph D Howard, Center for Justice and Peace Studies (CJPS), Liberia
Julio dos Santos Pessego, [União Nacional de Camponeses/National Peasants' Union \(UNAC\)](#)
Katia Ferrari, LVIA
Kiama Kaara, Kenya Debt Relief Network (KENDREN)
Linus A Mayembe, Dacheo, Tanzania
Louis Legge Lako Kenyi, Catholic Development Office – Pastoral Region of Kosti
Lúcia Andrade, Comissão Pró-Índio de São Paulo
Luciane Udovic e Bernard Lestienne, Grito dos Excluídos
Luciano Bernardi, Comissão Pastoral da Terra da Bahia (CPT-BA)
Lukman Age, The Aceh Institute
Ma Flor M Te, Sabakan, Diocesan Ministry for Women's and Children's Concerns, Philippines
Marcelo Osvaldo Aramayo, Comisión Episcopal de Pastoral Social Cáritas (CEPAS Cáritas)
Marizete de Souza, Conselho Indígena de Roraima (CIR)
Matt McGarry, Catholic Relief Services (CRS)
Mauricio Garcia Duran, Centre of Study and Popular Education
Mauricio Martínez Rivillas, Nacional de Pastoral Social/Cáritas Colombiana
Milimo Mwiba, Caritas Zambia
Moses Chingono, Caritas Gokwe
Musa Mohamad Sanguila, Pakigdait Inc, Philippines
Mutshipayi, Conférence Episcopale Nationale du Congo
Mxolisi Nyuswa, KwaZulu Regional Christian Council
Oppa Rukara, Caritas Masvingo, Zimbabwe
Oscar Ramón López Rodas, Decidamos, Paraguay

Oswald Musoni, Caritas Development Goma
Pablo A Regalsky, Centro de Estudios Nacionales de Desarrollo Alternativo (CENDA), Bolivia
Patson Tinowona Chitopo, Caritas Zimbabwe Harare
Philip Kamara, Caritas Makeni, Sierra Leone
Pym Ncube, National Council of Disabled Persons of Zimbabwe
Regina Salvador-Antequisa, Ecosystems Work for Essential Benefits
Rev Phumzile Zondi-Mabizela, KwaZulu-Natal Christian Council, South Africa
Rev Sr Mary Bulus, Catholic Diocese of Lafia
Rita Schwarzenberger, Hope for the Village Child Foundation, Nigeria
Robina Ssentongo, Kitovu Mobile AIDS Organization
Rosana de Jesus Diniz Santos, Conselho Indigenista Missionário (CIMI Maranhão)
Rosario Slainas, Association Civil Warmi Huasi
Rose Mary, Karuna Myanmar Social Services (KMSS), Burma
Rosilene Wansetto, Rede Jubileu Sul Brasil
; Serge Bingane Narwangu, Caritas Bukavu
; Sergio Cobo, Fomento Cultural y Education
Shafiqul Islam, Dhaka Ahsania Mission (DAM)
Simão Chatepa, Trócaire
Sr Bernadette Uko, Catholic Diocese of Kano/Congregation of Daughters of Charity
Sr Bridget Agum, Zambian Rural Health Programme
Sr Christy Umeadi, Faith Base, Nigeria
Sr Esther Shebi, Carudep Kuru, Nigeria
Super Dube, Caritas Zimbabwe Hwange
Susana Cordova, Instituto Educa
Sylvester Mallah, Mental Health – The Fatima College Campus, Sierra Leone
Takura Gwatinyanya, Caritas Zimbabwe Harare
Tarira Elizabeth, St. Albert's Mission Hospital, Zimbabwe
Tep Monyrotha, Salvation Centre Cambodia (SCC)
Tibor van Staveren, Progressio
Tim Vora, HIV/AIDS Coordinating Committee (HACC), Cambodia
Tsigie Haile, Organization for Women in Self Employment
Tugume Desteo, Hoima Caritas Development Organisation (HOCADDO)
Vincent Edoku, Caritas Uganda
Vitalise Meja, Reality of Aid Africa, Kenya
Welcome Sibanda, Caritas Zimbabwe Bulawayo
Wonder Mufunda, Caritas Zimbabwe
Yoseph Negassa, Action for Development, Ethiopia
Zegeye Asfaw, Hundee-Oromo Grassroots Development Initiative.

Agradecemos também a um maior número de inquiridos que permanecem anônimos.

Participantes da Oficina Piloto no Quênia

Achia Lawrence, National Catholic Commission for Justice and Peace (NCCJP)
Caro Nyanjura, Community Development Resource Network (CDRN)
Caroline Mukuna, Radio Waumini
Grace Anne Namer, Caritas Moroto
Hilary Halkano Bukuno, Marsabit
Jack Opar, Radio Waumini
James Jim Galgalo, Marsabit
Kiam Kaara, Kenya Debt Relief Network (KENDREN)
Martin Mwendha, Community Development Resource Network (CDRN)
Martin Thairu, CERAMIDE
Muya John Bosco, Caritas Moroto
Sr. Spacioza Kabahuma, National Catholic Commission for Justice and Peace (NCCJP).

Os nossos agradecimentos também à Catholic Justice and Peace Commission (CJPC) e à equipe da Hakimani.

Agradecemos também a todos da CAFOD que ajudaram com a coleta de dados e análise, assim como à CARITAS África e Trócaire.

Fotografias:

Estamos especialmente gratos aos parceiros da CAFOD cujas fotos foram usadas para ilustrar a nossa tipologia - Chenda, Banteay Srei; Oriosvaldo de Almeida, Peixinhos, Suzana Arostigui, UNITAS, um desconhecido trabalhador da área de logística da CRS Paquistão; Irmã Teclar Mukuli, Yakoko unidade básica de saúde, e Karangwa Inocência, Caritas Kyundo.

Siglas

AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
ART	Antiretroviral Therapy
AVSI	Association of Volunteer Service International
CADEC	Catholic Development Commission
CAFOD	Catholic Agency for Overseas Development
CCJ	Centro de Capacitação da Juventude
CCJP	Catholic Commission for Justice and Peace
CDRN	Community Development Resource Network
CENDA	Centro de Comunicación y Desarrollo Andino
CEPAS	Comisión Episcopal de Pastoral Social Cáritas
CEUDES	Corporación Unidades Democráticas para el Desarrollo
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CJPC	Catholic Justice and Peace Commission
CJPS	Center for Justice and Peace Studies
CODACOP	La Corporación de Apoyo a Comunidades Populares
CPIA	Country Policy and Institutional Assessment
CPT-BA	Comissão Pastoral da Terra da Bahia
CRS	Catholic Relief Services
CSO	Civil society organisation
DAM	Dhaka Ahsania Mission
DSA	Development Studies Association
EADI	European Association of Development Research and Training Institutes
ESRC	Economic and Social Research Council
FAR	Field Anomaly Relaxation
FCAS	Fragile and conflict-affected states
GCAP	Global Call to Action Against Poverty
HACC	HIV/AIDS Coordinating Committee
HDRO	Human Development Report Office
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
HOCADEO	Hoima Caritas Development Organisation
IDS	Institute of Development Studies
IHCA	Instituto Histórico Centroamericano
IMF	International Monetary Fund
KENDREN	Kenya Debt Relief Network
KMSS	Karuna Myanmar Social Services
LIC	Low-income country
MARP	Most at Risk Population
MDG	Millennium Development Goal
MIC	Middle-income country
NCCJP	National Catholic Commission for Justice and Peace
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
OPHI	Oxford Poverty and Human Development Initiative
OSRA	Oromo Self Reliance Association
PANE	Poverty Action Network in Ethiopia
SCC	Salvation Centre Cambodia
SSOPO	Southern Sudan Older People's Organization
UN	United Nations
UNAC	União Nacional de Camponeses/National Peasants' Union
UNDP	United Nations Development Programme
WDI	World Development Indicators

Desenvolvendo a tipologia das perspectivas do Sul

O processo de desenvolvimento de tipos foi inspirado tanto por trabalhos anteriores da CAFOD identificando 'tipos' de católicos na Inglaterra e no País de Gales, quanto por um método conhecido como Relaxamento do Campo de Anomalia (RCA). RCA é normalmente usado quando modelando cenários para o planejamento futuro. Ele identifica os “condutores chaves” para mudanças futuras, e olha como estas podem ser combinadas para o pensamento nos diferentes cenários. Pode não ser possível combinar alguns condutores de forma internamente consistente (por exemplo, uma combinação de elevado crescimento econômico com preços elevados de energia e elevados níveis de instabilidade política podem ser julgados inconsistentes internamente). Assim, o método de pesquisa funciona para deduzir cenários, combinando os condutores que poderiam existir juntos plausivelmente.

Nesta investigação, em vez de identificar os 'condutores' para mudanças futuras, identificamos os 'condutores' de opiniões das pessoas sobre o que deve acontecer depois dos ODM. Uma análise de nossos dados da pesquisa qualitativa gerou seis questões-chaves:

- Foram os ODMs uma coisa boa?
- Onde está o verdadeiro poder?
- Quais são as questões prioritárias no desenvolvimento?
- De onde deveria vir a liderança para o planejamento pós-ODM?
- Quão similar é o desenvolvimento em todo o mundo?
- Quais são os principais condutores do desenvolvimento?

A matriz a seguir descreve possíveis opiniões simplificadas em cada questão:

Questão	Opinião	Opinião	Opinião	Opinião
<i>Foram os ODMs uma coisa boa?</i>	Não	Mais ou menos	Sim	***
<i>Onde está o verdadeiro poder?</i>	No nível local, comunitário	Com governos soberanos nacionais	No nível internacional, global	Em todos os níveis
<i>Quais são as questões prioritárias no desenvolvimento?</i>	Mudança Climática e o meio ambiente	Pobreza e a fome	Saúde/Educação	Outras
<i>De onde deveria vir a liderança para o planejamento pós-ODM?</i>	O Sul deveria liderar	Deveria ser uma parceria entre o Norte e o Sul	O Norte deveria liderar	Não deveria haver um planejamento pós-2015
<i>Quão similar é o desenvolvimento em todo o mundo?</i>	O contexto de cada país é distinto e diferente	Existem algumas características comuns, sobretudo a nível regional	Existem questões centrais, prioritárias para quase todos as pessoas pobres e vulneráveis	***
<i>Quais são os principais condutores do desenvolvimento?</i>	Ajuda externa/dívida	Comércio e o setor privado	Política externa e interesses de segurança	Combinação de fatores

Usando nossos dados qualitativos, nós então olhamos como essas opiniões poderiam ser realisticamente combinadas. Essas duas tabelas descrevem combinações dos pontos de vista dos nossos seis tipos:

'Rom'



'Amero'



'Sister Hope'



<i>Foram os ODMs uma coisa boa?</i>	Sentimentos mistos	Não	Sim
<i>Onde está o verdadeiro poder?</i>	No nível local, comunitário	No nível local, comunitário	No nível internacional
<i>Quais são as questões prioritárias no desenvolvimento?</i>	Pobreza e fome	Redistribuição de renda & desigualdade / alterações climáticas & do meio ambiente	Saúde, educação e questões de gênero.
<i>De onde deveria vir a liderança para o planejamento pós-ODM?</i>	O Sul deveria liderar	Não deveria haver um planejamento pós-2015	O Norte deveria liderar
<i>Quão similar é o desenvolvimento em todo o mundo?</i>	O contexto de cada país é distinto e diferente	O contexto de cada país é distinto e diferente	Existem questões centrais, prioritárias para quase todas as pessoas pobres e vulneráveis
<i>Quais são os principais condutores do desenvolvimento?</i>	Ajuda externa/dívida	Comércio e o setor privado	Ajuda externa/dívida

'Chuma'



'Valeria'



'Jamal'



<i>Foram os ODMs uma coisa boa?</i>	Sentimentos mistos	Sentimentos mistos	Sim
<i>Onde está o poder verdadeiro?</i>	Em todos os níveis	Com governos nacionais soberanos	Em todos os níveis
<i>Quais são as questões prioritárias no desenvolvimento?</i>	Saúde e educação	Meio ambiente e direitos humanos	Saúde e educação
<i>De onde deveria vir a liderança para o planejamento pós-ODM?</i>	Deveria haver uma parceria entre o Norte e o Sul	Deveria haver uma parceria entre o Norte e o Sul	Deveria haver uma parceria entre o Norte e o Sul
<i>Quão similar é o desenvolvimento em todo o mundo?</i>	Existem algumas características comuns, sobretudo a nível regional	O contexto de cada país é distinto e diferente	Existem questões centrais, prioritárias para quase todas as pessoas pobres e vulneráveis
<i>Quais são os principais condutores do desenvolvimento?</i>	Ajuda externa/dívida	Combinação de fatores	Política externa e de interesses de segurança

Pesquisa original – Distribuída aos parceiros da CAFOD

Seção A: Sobre você

Nome: A sua organização é parceira da CARITAS?

Email: A sua organização é religiosa?

Posição: Nacionalidade:

Organização: Sexo:

Em que país você trabalha? Há quanto tempo você trabalha no setor de desenvolvimento?

A sua organização é parceira da CAFOD?

Seção B

Questão 1. Até que ponto você concorda com estas declarações? Por favor marque com um 'X'.

Declarações	Discorda Fortemente	Discorda um pouco	Neutro	Concorda a um pouco	Concorda Fortemente	Comentários
“Os ODMS foram uma boa iniciativa”						
“Desenvolvimento tornou-se uma prioridade mais alta por causa dos ODMs”						
“Os ODMs melhoraram a eficácia de subsídios ao meu país”						
“Os ODMs levaram a melhorias no planejamento do meu governo”						
“Os ODMs foram mais importante para os Doadores/Financiadores do que para qualquer outra pessoa”						
“Os ODMs negligenciaram importantes questões para o desenvolvimento”						
“Os ODMS distraíram as pessoas das causas estruturais da pobreza”						
“Os ODMs foram úteis para a minha organização como ferramentas de lobbying”						
Declarações	Discorda Fortemente	Discorda um pouco	Neutro	Concorda a um pouco	Concorda Fortemente	Comentários

"As avaliações dos ODMs serão uma indicação real se subsídios tem funcionado em meu país"						
"Os ODMs tem contribuído para o alcance de uma maior igualdade entre os sexos"						
"Os ODMs significam que há um maior enfoque em questões relacionadas a HIV/AIDS em meu país"						
"Os ODM têm sido úteis em termos de redução de conflitos e construção da paz no meu país"						

Questão 2. Depois do prazo para os ODMs acabarem em 2015, você acha que deveria haver um outro modelo abrangente, aceito internacionalmente para o desenvolvimento global? Por favor marque com um 'X'.

Sim	Não	Comentários

Questão 3. Qual dentre essas três possíveis alternativas melhor representa sua opinião sobre o que deveria vir após o ODM? Por favor, marque com um 'X'.

"Depois de 2015, devemos manter as metas dos existentes ODMs e alargar os prazos para alcançá-los"	"Depois de 2015, devemos expandir e desenvolver o modelo atual dos ODMs"	"Depois de 2015 precisamos de um novo e diferente modelo de desenvolvimento"	Outro (por favor comente)

Questão 4. Até que ponto você concorda com essas afirmações? Por favor marque com um 'X'.

Declarações	Discorda Fortemente	Discorda um pouco	Neutro	Concorda a um pouco	Concorda Fortemente	Comentários
“O processo de decisão sobre o que virá depois dos ODMs será tão importante quanto o sistema a ser discutido”						
“O planejamento pós-ODM deveria ser liderado pelos países em desenvolvimento”						
“O que quer que venha depois dos ODMs dever ter uma abordagem baseada em metas.”						
“O que quer que venha depois dos ODMs terá que levar mais em consideração os diferentes contextos dos países”						
“O que quer que venha depois dos ODMs tem que abranger mais diferentes questões de desenvolvimento”						
“O que quer que venha depois dos ODMs tem que ser mais sucinto como um modelo de estrutura ”						

Questão 5. Quais seriam suas três principais prioridades em um sistema pós-2015?

Questão 6. Você tem algum outro comentário sobre o que deveria vir após o ODM?

Muito obrigado por compartilhar suas opiniões.

CAFOD

Romero House
55 Westminster Bridge Road
London SE1 7JB
Tel: 020 7733 7900

cafod.org.uk

CAFOD is the official overseas development and relief agency of the Catholic Church in England and Wales. Registered charity no. 285776

Contact Amy Pollard:
apollard@cafod.org.uk

Photos:
Annie Bungeroth, Simon Rawles,
Dado Galdieri, Marcella Haddad and Laura Donkin



Produced in partnership with



CAFOD
Just one world